A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

07 a 13 de Junho de 1992 Nº 41

MOÇAMBIQUE: Rio de Janeiro/O novo fator na próxima rodada de negociações em Roma será a presença de observadores na sala, disse o presidente Joaquim Chissano à comunidade estudantil moçambicana aqui, em 8 de junho.

Falando no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da prestigiosa Universidade Federal do Rio de Janeiro, o presidente Chissano disse a uma audiência de mais de 100 estudantes moçambicanos e cadêmicos brasileiros que,embora EUA, Grã-Bretanha e França tenham sido convidados para participar como observadores, como apoio à equipe mediadora italiana, ele não está seguro quais países efetivamente iriam tomar parte nas negociações.

"Eu falo em tom de otimismo", ele disse à audiência, "nós não terminaremos este ano sem paz".

Chissano,que está no Rio juntamente com cerca de 100 outros líderes mundiais e chefes de Estado,para assistir à conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, parecia efetivamente otimista, embora tenha se recusado a fazer uma previsão concreta de quando a paz será alcançada. "Aprendemos a conhecer o outro lado bem", disse ele, "embora as questões remanescentes possam ser resolvidas em dias, elas podem demorar meses".

As negociações requeriam "um bocado de paciência", ele acrescentou, mas as questões políticas fundamentais já foram solucionadas. O que resta, disse ele, são problemas militares como a criação de um novo exército nacional, e um cronograma para o cessar-fogo.

Acompanhado pelo Ministro do Exterior Pascoal Mocumbi e pelo Ministro da Educação Aniceto dos Machungos, Chissano acrescentou que , do ponto de vista da Frelimo, as questões remanescentes são "concretas e simples".

"Eu naõ sei ainda se você pode chamar isto de guerra, pois guerra pressupõe um confronto entre dois exércitos", comentou o presidente, retornando a um velho tema da análise da Renamo por parte do governo. "Estas pessoas cometem atrocidades com armas brancas", disse ele, acresentando que embora algumas pessoas ainda pensem ser errado negociar com a Renamo, o governo está buscando uma "reconciliação nacional".

Avançando uma inédita nota psicológica, Chissano atribuiu alguns dos horrores da guerra à "insegurança pessoal" dos combatentes da Renamo.

Sobre a democratização da África do Sul, Chissano comentou que na medida em que Moçambique está envolvido, o processo é já "irreversível". Moçambique quer ver um Estado sul-africano unitário, disse ele. O trabalho da SADCC coninuará, predisse ele, com uma eventual participação sul-africana."A SADCC não foi criada em oposição à África do Sul, mas para o benefício dos países vizinhos", ele afirmou. Os Estados membros da SADCC nunca aceitaram a desacreditada teoria da "Constelação de Estados; o que eles desejam é "interdependência e desenvolvimento equilibrado", sem dominação por parte de um país.

ANGOLA: O recenceamento eleitoral e a visita do Papa.

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, recenceou-se no último dia 2 de junho no bairro de Quicolo, um muceque da capital onde a UNITA possui grande apoio, daí o nome de Jamba II. Após algumas dúvidas da funcionária que o atendeu, Savimbi apelou para que todos os angolanos comparecessem ao cadastramento eleitoral. O líder da UNITA mostrou-se preocupado com a lentidão deste processo; assim como os observadores internacionais, Savimbi acredita que o ritmo apresentado até o momento seja insuficiente para atingir os quatro milhões de eleitores previstos.

Savimbi aproveitou a presença da imprensa para anunciar a decisão da criação do município da Jamba, o que parece ser uma alternativa para a resolução de

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

uma das questões mais polêmicas do processo de paz: a extensão da administração central às terras do fim do mundo.

A visita do Papa serviu para acalmar os ânimos dos partidos angolanos já em plena campanha eleitoral, principalmente, o MPLA e a UNITA que estavam exacerbando nas acusações e insultos. Segundo o presidente da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Antônio Monteiro, a CCPM estava impotente "para pôr cobro à escalada de agressões verbais" entre o governo e a UNITA.

O MPLA, aproveitando-se da condição de "proximidade" ao Estado angolano, parece ter tirado melhores dividendos políticos da visita de João Paulo II, pelo menos nos três primeiros dias.

Além desta condição o MPLA trabalhou intensamente a imagem de Jonas Savimbi como protestante, visando desta forma inibir a aproximação da Igreja católica com o seu principal adversário. Durante a visita a UNITA tentava ainda nos bastidores da capital a marcação de um encontro entre o Papa e o seu presidente. Devemos acrescentar que os pronunciamentos do Papa foram pautados na neutralidade e na exaltação da força necessária ao povo angolano neste difícil momento. (pp. 01 a 06)

África do Sul: Partido Nacional busca ampliar sua base política.

O presidente sul-africano, Frederick De Klerk, realizou uma bem-sucedida viagem ao exterior, visitando a Rússia, o Japão e Singapura Em Moscou, De Klerk reuniu-se com Yeltsin, a quem convidou para uma visita a Pretória. A estadia de De Klerk em Moscou gerou uma série de protestos por parte dos comunistas russos e sul-africanos. O ANC manifestou sua oposição a esta possível visita de Yeltsin, assim como de qualquer outro chefe de Estado; para o movimento liderado por Nelson Mandela, tais visitas somente deveriam ter lugar após a instalação de um governo provisório multirracional.

Durante a viagem de De Klerk, o ministro dos Negócios Estrangeiros Roelof "Pik" Botha, declarou que o objetivo do Partido Nacional (desde 1948 no poder) é tornar-se o partido da maioria da população, posto hoje indiscutivelmente ocupado pelo ANC.

A estratégia inicial do Partido Nacional para contrabalançar a grande penetração do ANC junto à maioria da população, que consistiu no fortalecimento do movimento negro conservador Inkhata Freedom Party, não obteve os resultados esperados. A nova estratégia do Partido Nacional parece ser então ele próprio assumir a condição de alternativa, agora "democrática", ao ANC; em 1991 o partido eliminou as barreiras que impediam a adesão de não-brancos às suas fileiras, dizendo ter atualmente o apoio de 10% dos negros, mestiços e indianos (quanto à confiabilidade deste dado, nada podemos afirmar). (p.12)

Moçambique: Chissano gostaria que dentro de dois a seis meses houvesse paz em seu país.

Mas o cessar-fogo depende de muitos fatores, e, a seu favor, parece que será alterado o ritmo das negociações de paz. Questões até agora pendentes, como a lei eleitoral e decisões militares jurídicas envolvendo o cessar-fogo e a revisão constitucional poderão encontrar seus termos na recente retomada das discussões entre as partes. Acrescidas dos EUA, França, Grã-Bretanha, Portugal e África do Sul — a diplomacia italiana, a Comunidade de Santo Egídio e a hierarquia católica moçambicana parecem, após o arrastar do processo de negociação por quase dois anos, terem demonstrado sinais de desgaste e falta de poder de pressão —, a Frelimo e a Renamo talvez agora encontrem observadores mais dispostos a leva-los a compromissos concretos. Mesmo que ainda não definido, o possível acordo de paz deverá traçar as normas para o processo eleitoral, para a criação das novas Forças Armadas, para a fiscalização do cessar-fogo e para a reinserção social dos desmobilizados. O que ainda falta parece, sem dúvida, difícil.

A Frelimo, crente ser a Renamo uma organização carente de projetos social e político, e sim mergulhada num projeto alimentado pela guerra, tenta a todo custo bloquear o acordo sobre mudanças constitucionais substanciais nas negociações de Santo Egídio — onde apenas aceita traçar compromissos —, pois acredita se sair vencedora em quaisquer futuras eleições. Por outro lado, quando o movimento liderado por Afonso Dlakhama insiste em antepor questões jurídico-constitucionais a questões militares, o que deseja é desmontar o atual Estado e legislação moçambicanas, ambos ainda estruturadas sobre forte armadura marxista. Este talvez seja o maior ponto de colisão, afora a guerra entre as partes. Aos países observadores cabe não só pressionar a favor do avanço das negociações e para o término do conflito, mas também para que os atores discordantes superem as desconfianças mútuas.

O avanço e a superação dessas questões representará um duro golpe sobre certas facções da direita portuguesa, norte-americana, sul-africana e demais forças que ainda subsidiam a Renamo, mas não o término de toda a luta. Já há grupos armados, atuando vorazmente na busca de meios de sobrevivência, sem controle tanto da Renamo quanto da Frelimo. No campo político, partidos como a UNAMO (criado por dissidentes da Renamo) e o Partido Liberal e Democrático (PALMO), parecem revelar uma perigosa tendência regionalista e racista frente aos descendentes de europeus e asiáticos. Por outro lado há estimativas indicando ter a guerra feito um milhão de mortos e produzido cerca de três milhões de refugiados. Somado ao espectro aterrorizante da seca e da fome, o sonhado Moçambique pós-guerra ainda será um país pouco animador, mas que, certamente, poderá dar margens a esperanças menos céticas, pois a estabilidade poderá se somar a novos investimentos e à segura e indispensável continuidade da ajuda internacional, que terá que estar particularmente comprometida com o abastecimento, a reintegração dos combatentes à vida civil e à reconstrução de um país cada vez mais desestruturado. (p. 08, 09, 10 e 11)

Uma Igreja de imitação

António Marujo

Uma Igreja "muito ao estilo do Vaticano, doutoral, que não desce ao concreto", mas com grande influência. É um retrato possível para o catolicismo angolano, que hoje celebra com o Papa os 500 anos de evangelização do país. Quinhentos ou cem?...

É uma Igreja que "imita muito o estilo do Vaticano", como expressou ao PÚBLICO um observador bem colocado na Igreja Católica angolana, aquela que hoje receberá João Paulo II no momento mais multitudinário da sua visita a Angola: um estilo "doutoral, vago, com uma grande dificuldade de descer ao concreto". Uma Igreja que insistia na prática dos sacramentos antes da independência e que assim continuou — por força das circunstâncias — depois de 1975, quando Angola se tornou um novo país.

No tempo colonial, a missionação e a doutrina católica coincidiam quase por completo com a nacionalidade: um bom católico — baptizado e com prática dos sacramentos — era um bom português. A fé não tinha qualquer consequência cultural, social ou política, para além, claro está, das estruturas de educação ou saúde ligadas às congregações missionárias que ali trabalhavam.

Convém recordar aqui, a propósito, aquilo que muitos afirmam: o jubileu dos 500 anos de evangelização de Angola, cujas comemorações hoje são concluídas com a missa presidida pelo Papa são, de facto, 500 anos de chegada do evangelho, com 400 anos de reduzidíssima penetração no interior e 100 anos de uma primeira evangelização ainda longe de estar concluída.

Durante os primeiros anos de independência, o marxismo-leninismo do MPLA obrigou a hierarquia e a estrutura católica a manter-se naqueles registos, retirando mesmo à Igreja os espaços de intervenção que ela detinha — escolas, hospitais, mas também uma rádio, imprensa e bens patrimoniais. Como "a doutrina oficial era o ateísmo, a Igreja retraiu-se para dentro dos templos e concentrou atenções na formação religiosa", afirma a nossa fonte.

A própria formação e acção pastoral ficou limitada à catequese e às pessoas idosas; as igrejas esvaziaram-se, os jovens não estavam já interessados no catolicismo, ser cristão já não era "sinónimo de promoção social", ao contrário do que acontecera antes.

Depois de alguns anos, durante a década de 80, os desencantados com os partidos políticos começaram a procurar na Igreja o seu refúgio e os templos voltam a encher-se. A continuação da guerra e a generalização da corrupção fazem da Igreja a única instituição que ainda poderia apresentar-se com alguma autoridade moral. Apesar disso, a perspectiva continuava a ser a da preservação da fé numa dimensão intimista", aparecendo o mundo exterior à estrutura eclesial como "o do pecado, do materialismo ou do ateísmo". Promove-se "a oração pela paz, mas os cristãos não estão no meio dos contendores, a fazer a paz". É uma Igreja que vive como uma "cidade sitiada", define o nosso interlocutor.

Detestar o poder e a política

Ao contrário dos seus colegas de Moçambique, os bispos angolanos só esporadicamente produziram textos que falavam directamente da guerra civil que assolava o país. O mais importante documento, intitulado "Firmes na esperança", data de 1986, devendo registar-se outras duas cartas pastorais que falam do tema, em 1977 e 1989.

Apesar dos documentos, o debate no interior da Igreja não acontecia ou só se registava em pequenas comunidades que entretanto foram nascendo, com experiências mais intensas de participação e de inculturação do cristianismo. A estruturação tradicional das paróquias não estimulava a reflexão dos grupos e movimentos cristãos.

Exemplo disto mesmo é o início da publicação — no começo de 1991, poucos meses antes dos acordos de Bicesse — de uma série de cadernos sobre a intervenção política dos cristãos, que pretendiam sensibilizar os cristãos para a participação na construção democrática. Um dos cadernos era escrito por Joaquim Pinto de Andrade, personalidade importante a nível eclesial e político, mas a iniciativa não teve continuidade e registou um eco muito menor do que o esperado pelos bispos, de quem tinha partido a ideia. "Os cristãos ainda encaram a política como poder e foram educados a detestar o poder, não assumindo a dimensão de serviço que ela tem", comentou a fonte do PÚBLICO.

É, portanto, uma Igreja com muito peso aquela que hoje recebe o Papa: peso que lhe vem da influência moral da hierarquia, mais do que da qualidade reconhecida da maioria dos seus membros, padres ou leigos. As primeiras eleições angolanas, marcadas para Setembro, poderão, também em relação ao catolicismo do país, ajudar a perceber o futuro: se a Igreja manterá a mesma influência que detém ou se, pelo contrário, a construção da democracia reduzirá esse peso. ■

Antigo secretário do Papa

"500 anos de evangelização tão poucos padres!"

JOÃO PAULO II conta ao longo destes sete dias com um ouvinte muito especial.

Chama-se Emery Kabongo, é zairense, e prestou serviço de 1974 a 1988 como diplomata do Vaticano, onde chegou a secretário do Papa polaco, cargo que desempenhou durante seis anos. Arcebispo-bispo de Luebo, Zaire, Kabongo espera que o chefe da Igreja Católica não repita em Angola temas gerais de outras viagens.

"Quantas dioceses há hoje em Angola? Quanto padres?", pergunta ao PÚBLICO, revelando que pretende confrontar os seus colegas africanos e portugueses com esta questão. "Dezasseis dioceses e pouco mais de cem padres locais para 500 anos de evangelização? — comenta, num misto de francês e português aprendido em quatro anos de serviço diplomático no Brasil. "É um escândalo: tantos anos e tão magros resultados!" Não acha que as culpas possam atribuir-se apenas à Igreja portuguesa. "Ela trouxe a mensagem; se não a aceitaram, não foi culpa dos missionários".

É aqui que começa a "marcação" que o bispo zairense pretende fazer às palavras do homem de quem foi secretário antes de sagrado "colega". "Se o Papa vem a um país onde o problema se coloca com esta acuidade, deve explicar à Igreja local como fazer, e não repetir coisas já ditas e conhecidas".

Apesar de africano, Kabongo não se deixa iludir com a vitalidade aparente da Igreja neste continente. "As pessoas acreditam mais facilmente. O que não quer dizer que o seu catolicismo seja consistente. Fazem casamento religioso, por exemplo. Mas será sólido?" Catorze anos nos corredores do Vaticano tornaram, decididamente, o bispo zairense num homem com muitas perguntas à procura de respostas. O Papa talvez lhas dê hoje, em Luanda, e amanhã, em Mbanza Congo, antigo São Salvador do Congo. ■ A.G.

Bispo de Menongue, terras da Jamba

Uma diocese dividida entre o MPLA e a UNITA

FOGE SEMPRE à pergunta, quando se pretende ouvir confessar o que sente quem, no seu múnus apostólico, recebeu a missão de evangelizar a Jamba. Português natural de Marco de Canavezes, José Queirós foi nomeado pelo Papa, em 1986, bispo do Menongue. No mapa político de Angola, a geografia cedeu lugar à força da guerrilha. Apesar de não constar dos mapas de antes da independência, o local onde a UNITA implantou o quartel-general de uma implacável oposição armada ao Governo do MPLA tornou-se mais conhecido, dentro e sobretudo fora de Angola, do que a sede administrativa do episcopado. Ao equilíbrio de forças na guerra correspondeu a própria divisão da diocese, com o bispo e uma parte dos seus padres em zonas sob controlo das tropas governamentais, e outra parte — 7 padres e 5 religiosas — em plena actividade nas áreas libertadas do movimento liderado pelo protestante Jonas Savimbi. "Estamos organizados dentro do clima que existe", diz o bispo ao PÚBLICO, assumindo, sem complexos, uma famosa característica que adversários desta instituição milenar lhe atribuem: "a Igreja tem uma maneira de estar de acordo com as circunstâncias. Não se mexe simplesmente por assuntos humanos. Há outras forças que nos movem".

Situada nas Terras do Fim do Mundo, a diocese funcionava, na prática, como um campo missionário da primeira evangelização. Os acordos de Bicesse representaram uma autêntica libertação. "Saiu de cima de nós um peso terrível. Estávamos no palco da guerra", diz o bispo português, para quem uma ida do Papa à sua diocese esteve fora de questão. "João Paulo II visita as sedes da Igreja à qual a Jamba pertence. Ele veio trazer a paz e é bom que corte com o subconsciente da guerra". ■ A.G.

Savimbi recenseou-se num muceque de Luanda

PÚBLICO 3 JUNHO 1992

COM APELOS a que todos seguissem o seu gesto, o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, recenseou-se ontem à tarde, tendo escolhido para o efeito um dos bairros mais pobres de Luanda. Vivamente aplaudido por centenas de pessoas que o aguardavam, Jonas Savimbi não precisou de se identificar com qualquer documento para que a brigada de registo o inscrevesse nos cadernos eleitorais, pois, nos termos da lei eleitoral, apresentou-se com testemunhas.

"É preciso que tenhamos coragem de determinar o que vai ser Angola para todos", disse o presidente da UNITA depois de ter cumprido o que chamou "um dever cívico". Savimbi falava para os habitantes do bairro de Quicolo — um muceque da capital angolana onde o seu partido tem mais influência, razão pela qual é também conhecido por Jamba II — a quem pediu tolerância, fazendo votos para que "as eleições de final de Setembro reflictam verdadeiramente a vontade do povo". Antes de cumprimentar o director-geral do Conselho Eleitoral, Onofre dos Santos, que se deslocou à brigada de registo número quatro para assistir a esta cerimónia, Savimbi referiu-se "à lentidão do processo de registo", mas mostrou-se "esperançado de que o mesmo possa ser acelerado brevemente".

A lentidão com que se tem procedido ao registo é uma das questões que mais preocupa os observadores internacionais, já que a manter-se a média de sete mil registos diários, os cerca de 60 dias que faltam para terminar o registo não serão suficientes para atingir os quatro milhões de eleitores previstos.

Jonas Savimbi — que ao apresentar-se sem documentos esteve na mesma situação de muitos eleitores, nomeadamente no interior do país — demorou apenas dez minutos a obter o seu cartão de eleitor, um terço do tempo habitual nestes primeiros dias do recenseamento.

Savimbi anunciou que "foi decidido criar um município na Jamba", sinal de uma das questões mais polémicas no actual processo — a extensão da administração central às Terras do Fim do Mundo — poderá ser resolvida brevemente. Recorde-se que, de acordo com o mapa político-administrativo actual de Angola, a Jamba não existe nem como município, nem como comuna, o que obrigaria os seus habitantes a inscreverem-se no município de Luengue. ■

António Matos, em Luanda

Eleitor 0937188

A BRIGADISTA hesita. "Jonas" ainda sai bem, mas não há maneira de acertar com a ortografia de "Malheiro". Savimbi puxa da caneta do bolso exterior do fato Abacost cinzento-claro, desaperta a tampa, e escreve a letras grossas o seu segundo nome.

Mas logo outro obstáculo gramatical se anuncia, quando a jovem ouve pronunciar o nome da mãe do recenseando. "Ló quê?" O presidente da UNITA escreve e soletra, paciente: "Éle-Tê-Hagá, LOTH". Fará o mesmo para o nome do pai, para o local de nascimento, até que há-de chegar a sua vez de perguntar a um ajudante o nome todo do local de residência —"Miramar Houari Boumedienne, não é?".

Aplausos irrompem quando o dedo indicador esquerdo de Jonas Malheiro Savimbi roça a tinta e imprime a sua identificação no cartão de eleitor cor de laranja da República Popular de Angola. Dez minutos, demora o processo burocrático. "A consagração dos nossos esforços. Um acto de grande importância no processo eleitoral", dirá, orgulho indisfarçado, o director geral do Conselho Nacional Eleitoral, Onofre dos Santos.

De pé, no estribo do Mercedes 560 SL, Savimbi incita os angolanos a seguirem-lhe o exemplo de "um dever tão importante". "Setembro", gritará por três vezes.

"Eleições", responde-lhe a multidão de adeptos, concentrada no largo de terra batida diante do posto de recenseamento número 4 do bairro de Quicolo, bem longe já do asfalto da capital luandense. Quando sai do muceque, batedores da polícia à frente, bandeira da UNITA sobre os guarda-lamas do carro, a arma que o guerrilheiro empunhou durante trinta anos parece por fim substituída pelo cartão de eleitor número 0937188. ■

Do nosso enviado Adelino Gomes, em Luanda

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 JUNHO 1992

ONU não encontra exército de Puna

UMA MISSÃO da ONU integrada por observadores internacionais e representantes do Governo angolano e da UNITA procurou em vão durante seis dias no Sul de Angola o rasto do exército de 20 mil homens que o dissidente da UNITA e ex-ministro do Interior deste movimento, Miguel N'Zau Puna, indicou ter sido colocado por Savimbi de reserva em local secreto algures na Jamba, disse ao PÚBLICO um dirigente da UNITA em Luanda.

A missão utilizou três helicópteros que esquadrinharam durante três dias a área da Jamba, dedicando à zona do Menongue igual espaço de tempo. "Onde está o exército que o Puna inventou com quatro milhões de dólares?", ironizou o coronel Norberto de Castro, vice-ministro da Informação da UNITA, numa referência a acusações segundo as quais N'Zau Puna e o também dissidente general Tony da Costa Fernandes teriam recebido dinheiro do Governo do MPLA para a operação que lançaram contra Jonas Savimbi. Um oficial português da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que participou na acção de busca juntamente com observadores dos Estados Unidos e da Rússia, recusou-se a comentar estas informações, limitando-se a dizer que a missão será objecto de um relatório ainda em discussão na CCPM. Esta viagem de observação e busca do alegado exército clandestino foi organizada pela Comissão Mista de Verificação e Fiscalização da Aplicação dos Acordos de Bicesse e tinha sido anunciada publicamente. Em entrevista conjunta com Tony da Costa Fernandes (ver PÚBLICO de 12 de Abril), N'Zau Puna afirmava a existência de um exército de 20 mil homens nas Terras do Fim do Mundo (actual Cuando Cubango), a apenas seis horas da Jamba. ■

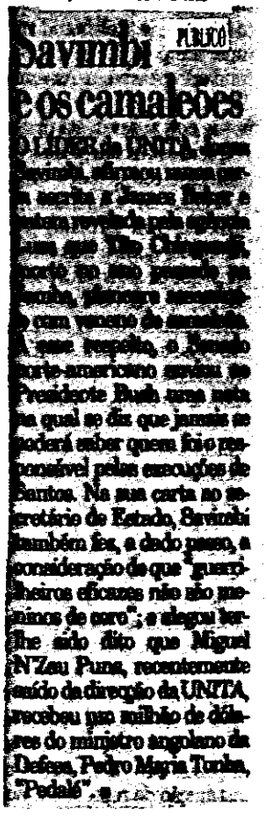
PÚBLICO 3 JUNHO 1992

Jofre Justino preso em Luanda

JOFRE Justino, chefe de redacção do semanário "Terra Angolana", órgão oficioso da UNITA, foi preso ontem em Luanda e, à hora de fecho desta edição, encontrava-se na cadeia de Alta Segurança da Estrada de Catete, disse ao PÚBLICO um responsável da UNITA. Advogados tentavam a meio da noite apurar as razões da detenção, que um porta-voz do movimento liderado por Jonas Savimbi insere numa "manobra provocatória relacionada com a visita do Papa". A polícia deteve também o motorista do carro em que Justino se deslocara à Praia do Bispo, para assistir à missa ali celebrada ontem de manhã pelo Papa. Esta é a décima prisão de quadros da UNITA nos últimos três dias, indicou aquela fonte partidária. Um membro do Governo admitiu ao PÚBLICO ter ouvido falar da detenção, que nenhuma fonte oficial se mostrou disponível para confirmar. Natural de Angola, Jofre Justino foi dirigente estudantil em Lisboa, na década de 70, pertenceu aos quadros da UGT e apoiou a candidatura de Álvaro Beleza à chefia do PS. Fixara-se em Luanda há quatro meses, para participar na fundação do "Terra Angolana". "O MPLA está a fazer-lhe pagar as contas do jornal", comentou o elemento da UNITA, referindo-se à virulência dos ataques daquele semanário contra o partido do Governo e a críticas recentes do Sindicato dos Jornalistas de Angola, a cujo órgão deontológico Jofre Justino pertence. ■

Adelino Gomes, em Luanda

TERÇA-FEIRA, 2 JUNHO 1992


PÚBLICO

Savimbi e os camaleões

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou numa carta a Jonas Ribeiro a [illegible] revelada pela agência [illegible] que Ele, Chingunji, morto no seu quarto, na Jamba, [illegible] com veneno de serpente. A que respeito, o Jornal norte-americano [illegible] Presidente Bush uma nota na qual se diz que jamais se poderá saber quem foi o responsável pelas execuções de Santos. Na sua carta ao secretário de Estado, Savimbi também fez, a dado passo, a consideração de que "guerrilheiros eficazes não são meninos de coro"; e alegou ter-lhe sido dito que Miguel N'Zau Puna, recentemente saído da direcção da UNITA, recebeu um milhão de dólares do ministro angolano da Defesa, Pedro Maria Tonha, "Pedalé". ■

SPE e Endiama exploram diamantes angolanos

Cristina Ferreira
e Pedro Fernandes

A SPE-Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, e a Endiama-Empresa Nacional de Diamantes de Angola vão constituir uma empresa mista, designada por Sociedade Mineira do Lucapa, para explorar diamantes em Angola. O acordo foi celebrado há cerca de um mês e encontra-se dependente da aprovação do Governo angolano. Esta iniciativa implicará um investimento global da ordem dos 50 milhões de dólares (6650 mil contos), para uma facturação anual da ordem dos 100 milhões de dólares. O IPE, accionista da SPE, e a Endiama assinaram, entretanto, um protocolo de acordo no qual se prevê a entrada da empresa angolana no capital da Dialap — Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes.

Porém, afirmações atribuídas, no final da semana passada, ao presidente da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, Belarmino da Silveira, sobre a constituição futura de um consórcio formado pela SPE, pela EDM e pelo Governo de Luanda, com vista à extracção diamantífera em Angola, estão a causar mal-estar entre o IPE, a SPE e a EDM, tutelada pelo Ministério da Indústria.

As afirmações de Belarmino da Silveira estão a ser contestadas pelos restantes intervenientes no processo. Para o presidente do IPE, Amaro de Matos, e para o presidente da SPE, Queiroz Martins, nunca se verificaram quaisquer contactos com o presidente da EDM. Em carta enviada na sexta-feira passada a Belarmino da Silveira, o presidente da SPE afirma isso mesmo, bem como o facto do projecto Lucapa ter sido "gravemente prejudicado". Com efeito, segundo a última edição da revista "Valor", a EDM está liderar as negociações em Angola para a constituição de um consórcio mundial no negócio de diamantes, que inclui a SPE. Os responsáveis angolanos, segundo a mesma revista, manifestaram-se particularmente receptivos à ideia.

Contactado pelo PÚBLICO para comentar a constituição de um consórcio luso-angolano, integrado pela EDM e SPE, Belarmino da Silveira limitou-se a dizer que "existem apenas pré-contactos com a SPE." Esta afirmação é, no entanto, contestada por Queiroz Martins, que afirma nunca ter mantido "qualquer conversa nesse sentido com a EDM".

Capital a meias

De qualquer forma, o projecto de constituição da Sociedade Mineira do Lucapa (SML), que terá um capital social de 35 milhões de dólares, subscrito em partes iguais pela SPE e pela Endiama, está em andamento. A concretização final do projecto está, assim, apenas dependente do aval das autoridades oficiais angolanas ao acordo assinado no decurso do mês passado entre a SPE e a Endiama. Esta decisão deverá ser tomada no próximo mês.

A nova empresa, que terá sede em Luanda, vai ter a concessão da exploração mineira de uma área com 30 mil quilómetros quadrados, que abrange as bacias hidrográficas dos rios Luachimo e Chicapa, estendendo-se desde a fronteira do Zaire até às nascentes destes rios. Nesta área existem oito minas, das quais seis encontram-se em laboração e são exploradas pela SPE, e duas que estão desactivadas. Neste momento as reservas de diamantes estimadas naquela região estão avaliadas em mais de sete milhões de quilates (mais de mil milhões de dólares). A SML produzirá mensalmente, de acordo com as previsões, 50 mil quilates de diamantes.

Relativamente à Dialap, o protocolo de acordo celebrado entre o IPE e Luanda prevê que a Endiama venha a deter uma posição de 25 por cento no capital da empresa de lapidação portuguesa. Esta operação far-se-á por redução da participação da "holding" estatal que possui actualmente 85,8 por cento da Dialap. A restante percentagem encontra-se nas mãos da empresa sul-africana De Beers.

A abertura do capital da Dialap à Endiama permitirá à empresa portuguesa assegurar-se do fornecimento da matéria-prima necessária ao trabalho que desenvolve. A Dialap necessita de aproximadamente cinco mil quilates por mês. Ou seja: uma parte da produção de diamantes extraída na zona mineira do Lucapa, que será abrangida pela Sociedade Mineira do Lucapa, vai ser canalizada para a Dialap. Esta empresa adquire habitualmente os diamantes em Londres, no Central Selling Organization, sociedade controlada pela De Beers, que, por seu turno, pertence ao conglomerado Anglo-American.

Em síntese, a estratégia do IPE, que passa pela SPE, é esta: promover a criação de uma nova empresa de capitais mistos em Angola, a SML, e abrir o capital da Dialap à Endiama, de forma a garantir o fluxo de pedras da produção da SML para que a Dialap possa trabalhar os diamantes. Parte da actividade da Dialap será reexportada para uma sua participada em Antuérpia, a Dialap Antuérpia, que comercializará os diamantes.

Contactos desde 1987

A SPE e a Endiama têm contactos desde 1987, quando celebraram o primeiro contrato de prestação de serviços, no qual a empresa portuguesa se comprometeu a proceder à extracção de diamantes em Angola, actividade que deu origem a uma facturação mensal de 300 mil dólares. Assim, a SPE envolve-se na extracção de diamantes na zona mineira do Lucapa, entregando posteriormente os diamantes a Angola que lhe paga os serviços prestados. Este contrato durou até Dezembro de 1989.

Em Janeiro de 1990 as duas empresas assinam novo contrato para a mesma zona mineira. Este prevê a exploração de seis minas, e não de apenas duas, como ambas as partes tinham acordado em 1987. O contrato celebrado em 1990 estabelece um "turn-over" mensal de 2,5 milhões de dólares. Numa das suas cláusulas fica estipulado que no final do termo do período de vigência do contrato as duas partes se reúnam para avaliar da necessidade, ou não, de constituir uma empresa de capitais mistos. O contrato termina em Janeiro de 1993.

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JUNHO DE 1992

FLEC namora Luanda

O PRESIDENTE da Frente de Libertação do Estado de Cabinda/Forças Armadas Cabindesas (FLEC/FAC) Nzita Tiago, propôs esta semana em Paris — onde se encontra doente — um encontro de alto nível com o Presidente angolano José Eduardo dos Santos para discutir o futuro de Cabinda.

O líder da guerrilha cabindense, em declarações ao EXPRESSO, disse que o encontro deveria realizar-se ou em Portugal ou nos Estados Unidos, tendo como primeiro ponto obrigatório a questão do referendo («um referendo popular e democrático que determinará o estatuto definitivo do território», segundo Nzita). A FLEC/FAC, a mais poderosa facção do movimento independentista de Cabinda, rejeita o conceito de autonomia para o território, e vem desde há algumas semanas, fazendo um apelo ao boicote das eleições de Setembro.

Para Nzita Tiago — que se intitula chefe do governo provisório da República de Cabinda — Portugal é o «responsável número um pela miséria e pela ocupação de Cabinda pelos angolanos», «uma vez que ignorou a voz do território nos acordos de Alvor e promoveu mesmo, através das suas forças militares no território em ligação com o MPLA, a ilegalização e expulsão da FLEC».

O líder cabindense tem recebido ultimamente emissários do Presidente José Eduardo dos Santos, mas, segundo disse ao EXPRESSO, essas missões não têm qualquer validade enquanto o chefe de Estado angolano não responder aos «17 pontos de base para a negociação da independência de Cabinda», documento enviado ao Futungo de Belas em 10 de Janeiro de 1985 e ainda sem resposta.

O Governo de Angola tem feito esforços para chegar a um entendimento com os separatistas de Cabinda, promovendo contactos com líderes que considera mais moderados, como José Ndele (agora na «Tendência de Reflexão Democrática» da UNITA, com Zau Puna) e defensores da autonomia, como Lumingu Gimby, que tem visitado várias vezes Luanda.

As forças tradicionais angolanas — FNLA, MPLA e UNITA — opõem-se à independência de Cabinda e Nzita Tiago diz que continuará a guerra (dirigida no terreno pelo seu chefe do Estado-Maior das FAC Victor Georges Gomes) mesmo depois das eleições de Setembro, se o novo Governo não incluir no seu programa o referendo.

R.R.

Reconciliada com o Estado e em tréguas com os partidos

O novo fôlego da Igreja

APÓS UM longo período de "convivência por vezes difícil" com o poder político, nas palavras de Zacarias Kamwenho, arcebispo do Sumbe (antigo Novo Redondo) e coordenador da visita do Papa a Angola, a Igreja Católica angolana vive numa época de tolerância e até de abertura, testemunhada pela devolução pelo Estado da maioria dos imóveis outrora nacionalizados, sobretudo escolas e seminários.

Na sua visita pastoral a Angola, João Paulo II vai encontrar uma Igreja "voltada para dentro", atitude a que foi obrigada, "sobretudo no período de instalação do marxismo-leninismo", pelo poder totalitário instituído pelo MPLA, sustenta Zacarias Kamwenho. Mas, na opinião de alguns prelados e de autoridades religiosas locais, esse ensimesmamento "acabou por ser benéfico, na medida em que recentrou a Igreja nos seus objectivos essenciais e lhe permitiu que se organizasse no seu interior".

Durante estes 16 anos em que a Igreja Católica se viu forçada a virar-se para dentro, proliferaram em Angola as comunidades protestantes. Mas Zacarias Kamwenho, ordenado bispo em 1975 aos 35 anos de idade, a idade mínima para a prelatura, advoga que esse fenómeno não enfraqueceu o papel da Igreja Católica: "Nós que andamos pelas populações sentimos que as pessoas queriam alguma referência que fosse substancial; e então, mesmo as igrejas protestantes, no convívio com outros cristãos, sabiam que a Igreja Católica não era, afinal, a Igreja do colono, como algumas pessoas diziam, mas que tinha o seu rumo."

Na opinião do padre João Domingos, um dominicano português, a Igreja está agora "a viver um desafio", com a devolução das estruturas de ensino que antes lhe pertenciam: "As pessoas vão esperar dela, enquanto instituição com capacidades para isso, que as utilize na prestação de serviços ao povo". Caso contrário, opina, "se a Igreja utilizar essas casas, tendo vinte pessoas no lugar onde dava para cinco mil alunos, o povo, tendo sido expulso dessas casas e continuando sem escolas, vai certamente reagir mal".

Neste plano coloca-se o tipo de evangelização que no futuro vai ser praticada em Angola pela Igreja Católica. Na opinião de Zacarias Kamwenho, a visita do Papa "vai relançar os caminhos da 'nova evangelização'", ideia lançada pelo Papa João Paulo II. A Igreja não se poderá fechar numa dimensão apenas pastoral, mantendo-se aberta aos campos da educação, da assistência social e da saúde. Para João Domingos, a Igreja mantém-se em Angola como "uma das instituições com muitas capacidades para responder a estas necessidades das populações". Na opinião deste homem que está em Angola há dez anos, existe uma grande expectativa em relação ao papel da Igreja naqueles sectores: "Se a Igreja não actuar nestas áreas, vai ser muito interpelada; não só pelas pessoas, como pelos próprios partidos e pelo Governo que, depois das eleições, já não terão, como até aqui, uma atitude de namoro com a Igreja."

O papel dos missionários na "nova evangelização" é outro dos aspectos que se debate no seio da Igreja Católica angolana. Para alguns, a divulgação da fé católica deve ser feita preferencialmente pelo clero nativo, com o objectivo de se definir "uma Igreja verdadeiramente angolana". Para outros, o papel dos missionários continua a ser importante, pelo menos até que os quadros da Igreja nativa estejam convenientemente apetrechados.

Neste momento de tréguas com o poder político, os partidos aguardam uma oportunidade para se colocarem ao lado da Igreja e beneficiarem da sua inquestionável influência na sociedade angolana. É assim que o mojimbo (boato) da cidade dava como consumado o casamento católico de José Eduardo dos Santos (embora o PÚBLICO tenha confirmado junto do clero luandense que esse acto, embora pretendido pelo Chefe de Estado, ainda não aconteceu) e que os apoiantes da UNITA, apesar da origem protestante do seu líder máximo, Jonas Savimbi, têm feito algumas declarações de regozijo pela visita do Papa. ■

António M[illegible], em Luanda

Festas da paz em Angola até o sol nascer

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 2 JUNHO 1992

ONTEM, Luanda amanheceu em festa, depois de uma longa noite em que os angolanos, um pouco por todo o território, festejaram o primeiro aniversário dos acordos de paz assinados em Portugal entre o MPLA e a UNITA.

No âmbito da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), também as duas partes signatárias dos acordos de Bicesse acabaram por se juntar, numa recepção que teve lugar na Quinta Rosa Linda, um complexo turístico situado na zona sul da capital angolana.

Cerca da meia-noite, um helicóptero sobrevoou o Largo do Kinaxixe, espalhando corações em papel prateado e encarnado — acentuando o mote da campanha da paz: "Angola no coração". Pela primeira vez, estiveram juntos alguns milhares de pessoas partidárias dos diversos partidos que nos dias 29 e 30 de Setembro disputarão as primeiras eleições livres em Angola. Duas potentes colunas emitiam o som que alimentou a kizomba (dança) até ao nascer do dia. Um cenário que se reproduziu nas ruas, nas discotecas e nas casas particulares, um pouco por toda a cidade.

No Luena, a festa da paz teve um significado especial, por terem ocorrido naquela cidade os últimos confrontos armados e o primeiro encontro entre comandantes das tropas da UNITA e do MPLA. A televisão angolana dedicou desde a noite de sábado uma emissão especial às comemorações, com emissões em directo de diversos palcos de festas e com depoimentos de alguns dos protagonistas do processo de paz.

Depois do fracasso da recepção organizada sábado pelo Governo angolano - na medida em que não reuniu representantes de todos os partidos, designadamente da UNITA -, a CCPM conseguiu juntar na noite de domingo vários dirigentes dos dois maiores partidos (MPLA e UNITA), numa festa de confraternização. O local escolhido foi a Quinta Rosa Linda, um cenário bucólico, com vista para a ilha do Mussulo e para a iluminada baía de Luanda.

Prevendo as mazelas que as festas da paz iriam provocar na resistência física dos angolanos, o Governo decretou tolerância de ponto para o dia de ontem, uma segunda-feira em que Luanda parecia adormecida. ■

António Matos, em Luanda

Governo angolano recua na Taag

PÚBLICO
TER. 9 JUNHO 1992

O GOVERNO angolano emitiu um comunicado em que afirma ter sido "colhido de surpresa" pelas "notícias que dão conta de que cerca de 600 trabalhadores da companhia aérea angolana (Taag) deverão ser despedidos".

A administração da Taag, empresa estatal, comunicara na segunda-feira a cerca de 600 trabalhadores "que dispensaria os seus serviços, por não estar prevista a sua integração" numa empresa agora criada para a área de assistência técnica — a Angohandling.

Depois "das denúncias feitas por trabalhadores da Taag", diz o comunicado do Governo, o Presidente da República interveio e o director-geral da Taag, Jorge Ferraz, já afirmou que os trabalhadores em causa serão integrados na nova empresa. A Angohandling reúne interesses da Taag e da companhia aérea portuguesa, TAP-Air Portugal, que os trabalhadores afirmam deter a maioria do capital social. ■

Papa evocou epopeia missionária de Portugal

Do nosso enviado
Adelino Gomes
em Luanda

Num cenário grandioso onde se conservam ainda sinais do regime marxista-leninista, João Paulo II lembrou ontem, em Luanda, o ano da chegada dos primeiros missionários portugueses a terras angolanas, há cinco séculos. O pretexto foi buscá-lo o Papa à liturgia do Pentecostes, em que a Igreja celebra um acontecimento-chave da sua história: o momento em que, depois da crucificação de Cristo, reunidos os apóstolos no cenáculo de Jerusalém, "tolhidos por um profundo temor", lhes aparecem "uma espécie de línguas de fogo" que pousam sobre cada um deles e os põem "a falar em outras línguas".

Num português martelado e sonoro que 234 altifalantes levam das proximidades da restinga de Luanda, pela encosta acima, até ao Hospital Maria Pia, João Paulo II, 72 anos, explica aos fiéis que o episódio evangélico marca o nascimento da Igreja, significando as línguas "a multiplicidade e variedade dos povos". A ponte está lançada para novo mergulho na História. "Há 500 anos, a este coro de línguas acrescentaram-se os povos de Angola", diz. "Quinhentos anos de evangelização", repete, "que encerram uma longa e gloriosa história da Igreja Católica e do cristianismo nestas terras abençoadas do vosso país."

Na primeira fila, a ouvi-lo, o Presidente da República Popular de Angola e mulher, protegidos por um toldo amarelo, do sol que nesta manhã não chega a romper. José Eduardo dos Santos sentar-se, levantar-se-á, cumprimentará e será cumprimentado pelos seus séquitos no momento da saudação da paz. Só lhe falta comungar, devoção que o seu ministro da Justiça, Lázaro Dias — um reconhecido católico que não pertence à direcção do MPLA —, não hesita em cumprir, integrando-se na fila dos eleitos a quem a hóstia será entregue pelo próprio chefe da Igreja de Roma.

Durante três horas, uma multidão de 200 mil luandenses a que se juntaram delegações paroquiais vindas do Uíje, Lunda Norte, Kuanza Sul, e Malanje aplaudiu, cantou, agitou bandeiras, meneou o corpo, de olhos fixos no palco de madeira ornamentado de jarros e rosas de porcelana cor-de-rosa desmaiado, onde um João Paulo II com evidentes sinais de cansaço no andar e no rosto presidiu à sua primeira missa em Luanda, considerada a mais importante desta visita de sete dias a Angola.

"Não desistam, apesar das dificuldades", exortou o Papa polaco dirigindo-se aos "responsáveis da nação e todos quantos têm influência no seu progresso".

Invocando a "rainha do céu", João Paulo II defendeu a necessidade de "abater os muros que separam" e de "sarar as feridas da divisão", para se alcançar a reconstrução de um país "onde todos tenham lugar e voz e possam, dignamente, ganhar o pão para si e para os seus".

No meio da multidão esmagadoramente negra, rodeado da mulher, negra também, e dos quatro filhos, mestiços, um comerciante português natural de Monte Redondo, Leiria, segue os cânticos da celebração eucarística pelo livro que gordas mulheres angolanas envoltas em panos com as armas do Vaticano distribuem pelos fiéis, agrupados por regiões e paróquias.

José Guerra Crespo, 44 anos, dos quais 30 vividos em Angola, colocou-se mesmo em frente do altar onde delegações das províncias oferecem ao celebrante frutos da terra e artesanato, ao ritmo dos cantos e danças de mulheres descalças. Olha à esquerda o mausoléu de Agostinho Neto — uma massa de betão rodeada de guindastes definitivamente parados. "São dois mundos diferentes", cicia. "Um foi construído por uma ideologia. Serve hoje para o contrário."

Crespo conheceu a guerra pós-independência em 1985, quando a UNITA chegou ao Kuanza Norte. A destruição da sua casa comercial levou-o a mudar residência para Luanda.

Voltou, pela primeira vez em 20 anos, a Portugal para dar a conhecer a mulher, Maria de Lurdes, e os filhos à família leiriense. Encontrou um "país desconhecido, para melhor". Sente-se angolano, porém, e volta a comerciar no interior. É lá que as grandes transformações se estão a dar, informa. "Só quem viu o que havia e vê o que se vem passando há um ano, a união entre as pessoas, pode compreender a extensão das mudanças."

Católico, o comerciante português não podia deixar de vir à Praia do Bispo, ouvir e ver o Papa. "Uma pessoa fica com outro espírito, outra fé." Amanhã mesmo regressa a Golungo Alto, 340 quilómetros a leste da capital angolana. Vai reconstruir a empresa destruída. ■

Hoje, no coração da guerra

JOÃO PAULO II desloca-se hoje ao Huambo, a segunda cidade com mais população de Angola, e ao Lubango, capital da província da Huíla. Vai ser uma viagem "ao coração da guerra civil", disse ao PÚBLICO o missionário espiritano Tony Neves, que prepara a viagem papal desde Dezembro passado, observando que não se deve ao acaso a escolha do tema da homilia papal desta manhã — direitos humanos.

A arquidiocese do Huambo (antiga Nova Lisboa) fornece à Igreja angolana a maior percentagem de católicos de todo o país, prevendo-se que a cidade — onde são visíveis ainda os sinais da destruição — ofereça a João Paulo II uma moldura humana impressionante, com fiéis do Bié e do Menongue (a diocese que abarca terras da Jamba) a reforçarem a comunidade local.

No Lubango (antiga Sá da Bandeira), a partir das 15h25, o Papa terá como cicerone o actual arcebispo de Braga, Eurico Dias Nogueira, que ali se encontrava no início da guerra civil. No Huambo, quem cumprirá esta função de memória viva do tempo colonial será o bispo resignatário, Américo Henriques. Na primeira saída para as terras da missionação antiga que aqui vem recordar, o Papa encontrará assim, lado a lado, representantes de dois tempos históricos ou, como observa Eurico Dias Nogueira ao PÚBLICO, "a Igreja que era filha e agora é irmã" da representada pela Conferência Episcopal Portuguesa. ■ **A.G.**

No seu discurso de boas-vindas, de cerca de dez minutos, José Eduardo dos Santos dirigiu-se ao Papa por "Sua Santidade", afirmando que a sua visita "enche de alegria todos os angolanos, muito especialmente os que professam a fé católica." Reforçando a ideia da sua aproximação à Igreja, formulou votos para que a "missão pastoral" de João Paulo II "se realize com êxito e que, através dela, a fé se propague cada vez mais no espírito dos cristãos".

O Presidente da República falou ainda "do papel importante" que a Igreja Católica "joga no processo de transformações em curso no país, sobretudo nesta fase em que a pacificação dos espíritos se coloca com grande acuidade". Para José Eduardo dos Santos, "são dignas de realce as acções que, no domínio da educação e da cultura, a Igreja Católica vai desenvolver em colaboração com o Governo". ■

António Matos, em Luanda

Hipótese de novo encontro não está excluída

Savimbi já esteve com o Papa

PÚBLICO 8 JUNHO 1992

SURPRESA geral. Savimbi acabou por estar presente no encontro do Papa com os líderes partidários, realizado na residência oficial do Presidente da República. A UNITA mantinha insistentes diligências para que o seu presidente fosse recebido a sós pelo Papa e, no seio do partido, chegou-se a excluir um encontro de outra natureza. Mas, depois da fotografia oficial ao lado do Papa e de Eduardo dos Santos — talvez o momento mais significativo do primeiro dia da visita de João Paulo II a Angola —, a hipótese de um encontro a sós não ficou excluída: "por caminhos invios", confidenciava ao PÚBLICO um dirigente da UNITA, havemos de conseguir a audiência com o Papa".

No primeiro dia da visita de João Paulo II a Angola, expressões como "paz espiritual", "dimensão espiritual do homem" e "bênção de Sua Santidade" polvilharam um discurso em que José Eduardo dos Santos confirmou a abertura à Igreja Católica. Por seu lado, o Papa dirigiu-se às autoridades civis e eclesiásticas e ao corpo diplomático, congratulando-se pela paz que se vive finalmente no país.

"Queridos angolanos", começou por dizer o Papa no seu breve discurso à chegada a Luanda, para depois se dirigir directamente ao Presidente da República: "O nome Angola evoca já mundialmente um povo cioso da sua liberdade. Congratulo-me pela consolidação de Angola como um Estado de direito, assente nos valores e nos princípios da vida, da justiça social e do respeito mútuo."

Sempre muito aplaudido por José Eduardo dos Santos, o Papa pronunciou palavras de regozijo: "É com imensa alegria e gratidão a Deus que acabo de beijar o solo da vossa terra, para onde tantas vezes, nestes anos de pontificado, voou o meu pensamento, num misto de ansiedade e confiança." Agora, que a paz é, pelo menos, uma constante dos discursos políticos, o Papa não deixou de apelar ao ânimo dos angolanos: "O país está a viver momentos cruciais. Que ninguém desanime perante as inevitáveis dificuldades."

Papa impõe tréguas em Angola

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JUNHO DE 1992

José Pedro Castanheira
em LUANDA

A POSE de João Paulo II, entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, deverá ser, muito provavelmente, a imagem mais forte e simbólica da visita de seis dias do Papa a Angola.

Precedida de uma preocupante escalada de violência verbal e de acusações e insultos entre os dois principais contendores da cena política angolana, a vinda de João Paulo II, de 72 anos, foi providencial. MPLA e UNITA viram-se forçados a um período de tréguas, confrontados com o repto do Papa, que, logo à chegada ao aeroporto de Luanda, na tarde de quinta-feira, fez um veemente e sentido apelo «à reconciliação e à paz».

Horas antes da chegada, o presidente da Comissão Conjunta Político-Militar confessava ao EXPRESSO a «impotência para pôr cobro à escalada de agressões verbais» entre o Governo e a UNITA. Revelando nervosismo, o embaixador português António Monteiro explicava que «o país está em plena campanha eleitoral, havendo uma total ausência de confiança política entre as duas partes».

Na quarta-feira, a tensão subira a um nível não imaginável um ano após os acordos de paz de Bicesse, com altos responsáveis dos dois lados a lançarem recíprocos insultos públicos e as mais grosseiras calúnias. «A guerra das rádios e dos jornais está a revelar-se pior do que a das armas», disse um jornalista local.

A proximidade da visita papal encheu de nervosismo os estados-maiores políticos. O MPLA esforçou-se por capitalizar o inevitável sucesso da presença do chefe espiritual de 45 por cento da população ao mesmo tempo que procurou deixar na sombra o partido rival, para mais influenciado pelas igrejas protestantes.

Em contrapartida, a UNITA lutou contra o risco de ser eclipsada num momento histórico a menos de quatro meses de umas eleições decisivas.

As horas que antecederam o desembarque do Papa foram marcadas por um impressionante braço-de-ferro nos bastidores da política angolana. Particularmente em foco esteve o espaço e o relevo a dar ao líder da UNITA e muito em especial a possibilidade de Savimbi se avistar com João Paulo II.

Igreja e Estado estendem as mãos

Savimbi acabou por se associar às boas-vindas, integrando o grupo de dirigentes de sete partidos — entre os quais o MPLA e a FNLA — que se encontraram, em conjunto, com o Papa. O protocolo de Estado e a sabedoria política do Vaticano acabaram por lhe dar um merecido destaque: ao lado do Papa, na sessão de fotografias, e alguns momentos de conversa com o chefe de Estado da Santa Sé.

Particularmente eufórica está a Igreja angolana. É certo que Angola é a rota da 55ª viagem de João Paulo II desde que foi eleito Papa. E é mesmo — com São Tomé e Príncipe — o último PALOP a ser visitado. Mas a deslocação ocorre num momento verdadeiramente decisivo para a paz em Angola, e quando a Igreja e o Estado (enterrado que foi o marxismo-leninismo) se estendem as mãos.

«A boa colaboração» entre os poderes temporal e espiritual foi formalmente reconhecida pelo bispo D. Zacarias Kamwenho, presidente da Comissão Mista para a visita do Papa, que elogiou o auxílio prestado pelas autoridades nas comemorações do V Centenário da Evangelização de Angola, a encerrar amanhã por João Paulo II, em missa ao ar livre prevista como das maiores concentrações populares da história do país.

Satisfeito e orgulhoso, o cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, na passadeira vermelha estendida no aeroporto, confessou ao EXPRESSO: «Sonhámos tantas vezes com ele que o sonho se transformou em realidade».

O Papa na ilha das roças

De nosso enviado António Matos, em São Tomé

PÚBLICO DOMINGO, 7 JUNHO 1992

O Papa beijou ontem o solo equatorial de São Tomé e Príncipe, sede da mais antiga diocese da África subsariana, ilhas em tempos totalmente ocupadas por roças coloniais. À sua chegada ao aeroporto, João Paulo II foi recebido por Miguel Trovoada, Presidente da República, e pelo entusiasmo de centenas de pessoas. No seu discurso de boas-vindas, o Presidente da República falou da "estatura pluridimensional" do Papa, no "peso esmagador da dívida externa" e na "má distribuição da riqueza". Na resposta, João Paulo II dirigiu "um pensamento e bênção particulares para os pobres e doentes, as pessoas de idade e os marginalizados".

Depois de um percurso a bordejar o mar e animado por longas filas de pessoas diante de belas e cuidadas vivendas, avistou-se por fim o Palácio dos Congressos, obra de chineses, onde se celebrou a missa e uma longa faixa pedia: "Abençoai as nossas famílias." O mote que o Papa aceitaria para os seus três discursos seguintes — ali mesmo, na homilia, ao princípio da tarde, na catedral, e à despedida. Discursos identificados com a realidade da Igreja local — 92 por cento da população de 120 mil pessoas é baptizada mas o índice da prática sacramental é substancialmente menor. Daí que o Papa tivesse apelado aos valores do casamento e da "defesa da família como santuário doméstico da Igreja e força moral da sociedade".

Alguns guarda-sóis protegiam do intenso sol os cerca de dois mil crentes, que ocupavam o pátio em frente ao Palácio dos Congressos. Do altar, o Papa via por detrás da assembleia uma densa vegetação de palmeiras e imbondeiros que dão sombra a algumas habitações de zinco. A acompanhá-lo na celebração eucarística, vários bispos e cardeais. Além do bispo são-tomense, Abílio Ribas — que está integrado na Conferência Episcopal de Angola e São Tomé —, notavam-se também Eurico Nogueira, de Braga, Américo Henriques, resignatário do Huambo, Alexandre Santos, de Maputo, e o cardeal Angelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano.

Abílio de Sousa Ribas — português, proveniente de Angola em 1985, onde um ano antes fora ordenado bispo — tem no rosto as marcas provocadas pelo rebentamento de uma mina, em 1980, no Huambo, quando participava num funeral na companhia de outros três sacerdotes. É o primeiro bispo residente de São Tomé desde 1816, ano a partir do qual a diocese foi gerida por vigários-gerais e pelo arcebispo de Luanda. Sinal de que perdera a importância inicial: depois da sua criação, em 3 de Novembro de 1534, a diocese de São Tomé englobava todos os territórios que os portugueses iam descobrindo, das Canárias até ao extremo sul de África.

Em 1854, chegaram a existir 54 padres naturais do arquipélago. Hoje, todavia, existe apenas um, Sacramento Neto, colocado em Lisboa. Em São Tomé, encontram-se neste momento 28 religiosas e 19 missionários, entre os quais o próprio bispo Abílio Ribas, proveniente da congregação dos missionários espiritanos. Entre portugueses, angolanos e chilenos, nenhum nativo.

A religiosidade deste povo e a longa história da evangelização acabaram por dar a esta visita de nove horas um tom familiar, mas sem grandes festas: "Bem-vindo Santo Padre, sucessor de São Pedro, a Igreja são-tomense lhe agradece com amor", cantou num som envolvente o numeroso grupo coral à chegada de João Paulo II.

O Papa retribuiu: "Quero, neste momento, manifestar-vos o profundo respeito e apreço que nutro pelo belo mosaico de gentes que, neste arquipélago, convive e cresce, fiel ao património rico de história, tradições e religiosidade."

Antes da bênção final da missa, João Paulo II fez uma oração sobre a escravatura, retomando um tema abordado na visita ao Senegal, em Fevereiro último. Nessa altura, o Papa pediu "perdão", em nome da Humanidade, pelo "pecado da escravatura". Ontem disse que "os sofrimentos da escravatura são um motivo de maior amor ao povo são-tomense e africano". ■

PALOP afastados da Taça dos Campeões

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 3 JUNHO 1992

A EQUIPA angola de futebol do Primeiro de Agosto foi ontem eliminada da Taça dos Campeões de África, ao perder na segunda "mão" dos oitavos-de-final com os tunisianos do Club Africano, por 3-0, não conseguindo manter a vantagem de 2-0 alcançada no primeiro jogo. Também os moçambicanos da Costa do Sol e os guineenses do Horoya Conakry foram afastados da competição. A formação da Costa do Sol defrontou os Ashanti Kotoko (Gabão) e perdeu os dois encontros, ambos por 2-1, acontecendo o mesmo à equipa de Conakry, que no conjunto das duas "mãos" foi derrotada por 6-1 pelo ASEC, da Costa do Marfim. ■

Cem milhões de dólares para Angola e Moçambique

PÚBLICO
SÁBADO, 6 JUNHO 1992

A ASSOCIAÇÃO Internacional de Desenvolvimento, uma filial do Banco Mundial, acordou a concessão de créditos de mais de 100 milhões de dólares (13,6 milhões de contos) a Angola e Moçambique. A Angola serão emprestados 27,1 milhões de dólares, destinados a um programa de educação no país. Para Moçambique serão canalizados 74,3 milhões de dólares, com o fim de elaborar programas de formação de pessoal e, também, para o melhoramento da rede de transportes do país. Ambos os créditos são concedidos por um prazo de 40 anos, dos quais 10 anos serão de graça, sem juro e apenas com um encargo anual de 0,75 por cento sobre as verbas dispendidas e de um encargo até 0,50 por cento sobre as verbas não gastas. Entretanto, Moçambique anunciou que três grandes empresas estatais vão passar a sociedade anónima. As empresas são as linhas aéreas de Moçambique, os caminhos de ferro e as telecomunicações de Moçambique. A ideia base que preside a esta reconversão concebe a divisão de cada uma das empresas em diversas sociedades para fins específicos, de forma a retirar-lhes o actual peso administrativo da gestão. ■

Cabo Verde

O 'parlamentarismo amanteigado'

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JUNHO DE 1992

DEUS como Supremo Legislador. Parlamentarismo mitigado. Presidente da República com poderes reduzidos. Juízes do Supremo designados pela Assembleia. Conferência nacional não-soberana. Referendo. Estado de orientação ecológica. Com a apresentação na semana passada do projecto de Constituição do PAICV, os cabo-verdianos parecem ter esgotado os novos conceitos com que, ao longo deste ano, se tiveram de familiarizar, para que possam vir a viver, de acordo com os desejos do Governo, num novo regime. O que ninguém até agora conseguiu dizer é quando é que, afinal, haverá revisão constitucional e se se trata mesmo de uma simples revisão ou de uma nova Constituição. Enquanto espera, o cabo-verdiano vai falando em «palamentarismo amanteigado».

Aparentemente, Cabo Verde tem vindo a acumular, ao longo de 1992, todos os ingredientes para desembocar numa crise semelhante à de S. Tomé. A demissão, na semana passada, do Supremo Tribunal, por estar a ser alvo de uma campanha virulenta na Imprensa governamental, e a afirmação de confiança nesse colectivo na sua nomeação por parte do Presidente pareciam indicar que a crise institucional estava a atingir o paroxismo. Mas não: recusada a demissão, o Tribunal retomou funções e novos artigos injuriosos surgiram. O primeiro-ministro Carlos Veiga mostra-se assim confiante em que o Presidente Mascarenhas Monteiro em nenhuma circunstância recorrerá à dissolução da Assembleia ou à demissão do Governo antes que tais poderes lhe sejam retirados e segue por diante com o projecto de «hegemonia democrática».

O facto de, para além do Presidente, ter contra si todos os outros partidos políticos, os magistrados, os sindicatos, de o autor do projecto, Wladimir Brito, professor da Universidade do Minho, se ter distanciado da versão final e de agora surgirem dúvidas de que possa contar com a disciplina de voto dos seus deputados não parece ser problema.

As «velhas senhoras»

Depois de se ver enredado em propostas como «conferência nacional não-soberana» e referendo, o PAICV surgiu com um contraprojecto em que a proposta inovadora é a declaração de Cabo Verde como «Estado de orientação ecológica». Para além do sentido de «marketing», em vésperas da Conferência do Rio, o ex-primeiro-ministro Pedro Pires terá querido tirar dividendos do facto de o seu sucessor ter deixado cair para 50 por cento, no primeiro ano de desempenho, o programa de florestação que se cifrava anualmente em vários milhões de árvores plantadas. Os observadores destacaram o longo capítulo sobre os direitos humanos — que nunca chegaram a ser problema em Cabo Verde —, mas passaram em claro que o PAICV insiste em reservar a Televisão como domínio do Estado, fazendo figura da velha senhora que, tendo perdido os pergaminhos, se recusa a separar-se do espelho e da contemplação narcísica da própria imagem.

Mascarenhas Monteiro entre a autoimolação política e decisões drásticas

Entre as instituições de peso, só a Igreja ainda não se pronunciou contra o projecto do Governo. Mas apresentou as suas próprias reivindicações. No capítulo da família, todos os preceitos do pontificado de João Paulo II lá estão. Mesmo assim a Igreja vai mais longe: quer o fim do Estado laico e a inscrição no preâmbulo da Constituição de «Deus como o Supremo Legislador».

A «guerra da estrela»

O problema do MPD é que a revisão constitucional é o sucedâneo da «revolução» que Pedro Pires lhe vinha travando desde 1975 e que a conjuntura não lhe permite agora. Em 19179, Pedro Pires expurgou mesmo a ala cabo-verdiana do PAIGC da extrema-esquerda trotskista agora no poder.

O cunho revanchista do poder saído do «golpe de estado eleitoral» de 13 de Janeiro de 91 (a expressão é de um dirigente do MPD) é notório. O actual embaixador em Lisboa chegou mesmo a gizar um plano dito de «hegemonia democrática» para eliminar o PAICV. O MPD chegou à conclusão de que não era oportuno decretar a sua interdição legal, mas uma campanha de revisão da História foi encetada. A bandeira, as armas, o hino e a moeda da República, mas sobretudo a estrela negra africana, começaram a ser contestados, porque reflectiam demasiado a luta pela independência. Com o habitual humor, logo foi declarada a «guerra da estrela». Mas como apagar a figura de Amílcar Cabral? A promoção da imagem do falecido escritor Baltasar Lopes, fundador do movimento literário Claridade, pareceu por um momento a solução.

Recentemente passou-se, todavia, a uma fase mais «positiva»: a revisão dos manuais escolares e a inserção na Imprensa internacional de anúncios de concurso para novos símbolos. Foram há pouco inauguradas na Praia a rua da UCCLA (União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa) e a rua 13 de Janeiro. Consta que Jorge Sampaio, depois de descerrar a placa da rua da UCCLA, durante a recente reunião dessa organização em Cabo Verde, terá declinado descerrar a da 13 de Janeiro, dizendo ao seu homólogo praiense: «Essa é vossa!»

O problema de fundo é que há uma grande diferença entre promover mudanças num país em descalabro e noutro que, como Cabo Verde, cresceu em 15 anos de um PIB «per capita» de 180 dólares para 1410 dólares. Os investidores estrangeiros impacientam-se, e a população também, porque vê disparar os preços e só aumentarem os salários dos cargos políticos.

Talvez porque Herman Cohen tenha concluído que a democracia só garante «a felicidade a longo prazo» — mas os regimes de partido único já prometiam isso mesmo... — e que os governos africanos saídos das urnas são os menos aptos a aplicar as receitas do FMI, George Bush convidou no mês passado o ex-Presidente Aristides Pereira a fazer um controlo médico como seu hóspede pessoal. Enquanto tenta discernir o ponto entre o Palácio de Inverno da S. Petersburgo de 1917 e as casernas de N'Jamena em que se situa o eixo da democracia cabo-verdiana.

Manuel Delgado

"Baltazar Rebelo de Sousa veio colocar-se à minha disposição

SÁBADO, 6 JUNHO 1992

Jorge Heitor

O presidente moçambicano crê que dentro de dois a seis meses poderá haver paz no seu país; e para isso — bem como para o período que se lhe seguirá — conta muito com Portugal, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e África do Sul. Entretanto, recebeu os cumprimentos de um dos expoentes do antigo sistema colonial português.

PÚBLICO — Ia a sair daqui o dr. Baltazar Rebelo de Sousa (governador-geral de Moçambique de 1968 a 1970, ministro do Ultramar à data do 25 de Abril). Qual o significado desta visita?

CHISSANO — O dr. Rebelo de Sousa visitou Moçambique o ano passado, por sua iniciativa. Creio que ficou bem impressionado; tivemos uma longa conversa e quis sempre ficar ligado às questões de Moçambique. Veio-me cumprimentar e trocámos impressões. Deu-me a conhecer a sua opinião quanto ao que está a observar do processo negocial, da democratização, das mudanças em Moçambique; e por acaso leu-me uma nota que tinha escrito e que deixou comigo. Vinha colocar-se à minha disposição.

P. — Para uma aproximação com a Renamo?

R. — Não falou precisamente disso, mas para o que for preciso. No processo de democratização, nas mudanças, no processo de desenvolvimento económico.

P. — Admitiu ontem a possibilidade de dentro de um mês e meio a dois meses se assinar eventualmente o cessar-fogo. Mas isso está dependente de muitos factores...

R. — Se tudo dependesse de mim, mesmo os dois meses estariam muito longe. Era nossa vontade termos tréguas já, porque temos uma situação de seca muito grave e necessitamos de movimentos livres para socorrer as populações que estão morrendo. Para nós, o cessar-fogo devia ser no imediato; mas nem tudo depende de nós. A Renamo devia dar o seu acordo para que houvesse cessar-fogo.

P. — Tem havido uma grande falta de confiança entre as duas partes. Parece que cada uma das delegações às conversações de Roma desconfia bastante das intenções da outra.

R. — No caso da Renamo, sim. Eu penso que a Renamo desconfia muito das nossas intenções, mas temos feito todos os esforços para tomar a sério tudo o que a Renamo nos propõe. Temos feito concessões de boa fé. Infelizmente, as concessões não nos conduzem necessariamente a bom termo, porque a Renamo vai exigindo novas concessões.

P. — Para o senhor Presidente, o que é a Renamo, no momento presente? Quais os apoios com que conta? Quem a controla?

R. — Creio que a Renamo está perdendo os apoios que tinha antigamente, mas ainda tem alguns. Não posso precisar quem é que apoia, mas sabemos que tem capacidade de viajar para capitais europeias, de manter escritórios em vários lugares, na África e na Europa. Tem alguém que a apoia. Mesmo em termos de logística, tem alguns meios militares cuja aquisição é recente.

P. — Apoio de militares sul-africanos?

R. — Não sei se militares sul-africanos; mas diria que existem forças na África do Sul que ainda apoiam a Renamo, mas também existem fora da África do Sul.

P. — Na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos...

R. — E em Portugal também. Sabemos que eles editam aqui uma revista de luxo, portanto devem ter alguém que financia esse processo.

P. — Existe o perigo de, se a Renamo não se mostrar um pouco mais transigente, de o processo se poder prolongar e chegarmos ao fim deste ano sem termos ainda o tratado de paz assinado?

R. — Creio que isso só será possível se a comunidade internacional não for atenta e não exigir mais da Renamo. Com uma atitude honesta e um desejo mesmo de paz da parte da comunidade internacional a Renamo não poderá desafiar por muito mais tempo a vontade do povo moçambicano de ter a paz o mais cedo possível. Daqui até ao fim do ano é demasiado longo para termos a Renamo a desafiar a posição da comunidade internacional.

P. — Mesmo que se assine um acordo de cessar-fogo dentro de três, quatro meses, será extremamente difícil o seu cumprimento, pois haverá grupos armados que já estarão fora do controlo seja de quem for.

R. — Esses grupos actuam na busca de meios para a sobrevivência. Muitos deles são de facto da Renamo. Já há muitos elementos da Renamo que se entregaram ou que foram capturados e que declararam estarem a operar até por conta própria, para sobreviverem, porque tinham medo de se entregar. Creio que uma vez declarado o cessar-fogo muitos deles estarão mais confiantes e vão-se entregar, sobretudo se tivermos um apoio logístico em abastecimento. Muitos hão-de querer participar no processo de reintegração e sobretudo se tivermos um programa positivo de reconstrução, com o apoio da comunidade internacional.

P. — Tem dito que não está disposto a encontrar-se com o líder da Renamo enquanto não houver condições muito seguras para tréguas. Mas não seria de uma conversa aberta entre os dois que poderia resultar a trégua?

R. — Já começámos um diálogo e já avançámos bastante. Nesta fase é necessário sabermos quais são as preocupações que a Renamo tem, prepararmos o encontro, para que não seja um fracasso. Isso seria muito infeliz. O melhor é realmente encontrar-se uma base mínima de confiança para que o encontro seja um sucesso.

P. — A reunião de algumas horas com o primeiro-ministro português foi proveitosa?

R. — Portugal vai dar o seu melhor para que as posições de ambas as partes se aproximem e se encontre uma solução mais rápida para a paz. Vai aplicar criadoramente a sua experiência da negociação angolana para ajudar a encontrar novos caminhos. Mas quanto ao encontro com o líder da Renamo ficou claro para o primeiro-ministro que os meus receios são genuínos e que não é por aí que se deve começar. No processo negocial, já com observadores, verse-á se se criam condições para um encontro, se isso vier a ser necessário.

P. — Encontro em Portugal, na Itália, noutro país?

R. — A mim tanto faz. O que se pretende é a paz. Se o encontro é para trazer a paz, pode ser no Inferno.

P. — Norte-americanos e outros, para além de Portugal, também irão agora ter um papel no processo negocial. É possível a intervenção britânica, francesa, até talvez sul-africana?

R. — Sim, todos esses países, Portugal, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e África do Sul, são importantes neste processo. A África do Sul, porque é um país vizinho, tem ligações históricas com a Renamo. Mas os EUA, a Grã-Bretanha e a França terão um papel preponderante, os primeiros porque são uma potência mundial e os outros porque são potências europeias de grande importância para o processo eleitoral, para a formação das novas Forças Armadas de Moçambique e para a supervisão do cessar-fogo. Portugal tem um papel que o diferencia dos outros, porque conviveu com Moçambique durante muitos séculos, compreende-nos mais de perto nos nossos aspectos culturais e tem uma maior comunicabilidade por causa da língua; e também porque em matéria de cooperação militar é um país com o qual já temos grandes avanços e que vai contar muito para a supervisão do cessar-fogo e para a formação do novo Exército. ■

Depoimento de antigo governador-geral

Depois da abertura havida no caminho do progressivo domínio das liberdades e direitos cívicos, da participação política e de uma economia de mercado, em cujas limitações ou ausências se radicava a justificação da luta fratricida, esta luta não tem qualquer sentido, salvo por parte de quem dela pretenda continuar a retirar proveitos "negociais" de qualquer tipo político, religioso ou económico — e isto quando, clamorosamente, o povo moçambicano cada dia mais sofre, estiola e morre, o caos se generaliza, e o país mais e mais se empobrece e se torna ingovernável. É uma situação humanamente inaceitável!

Baltazar Rebelo de Sousa
Junho de 1992

Chissano em Portugal

Possível paz em Moçambique dentro de dois meses

Jorge Heitor

O Governo de Moçambique entende que as negociações da paz poderiam terminar antes do fim de Julho, se a Renamo não levantasse obstáculos de maior. Um enorme "se", que depende das pressões que diversos países forem capazes de fazer sobre os dois contendores.

O presidente Joaquim Chissano, que desde ontem e até domingo à noite se encontra em Portugal, admitiu a um grupo de empresários — durante almoço num hotel lisboeta, com a presença do secretário de Estado do Tesouro, José Braz — que as negociações de Roma sobre a paz em Moçambique poderão terminar antes do fim do próximo mês.

"Se os países que estão envolvidos fizerem uma pressão adequada sobre a Renamo, poderemos concluir a discussão das questões militares em menos de um mês. Restam então as garantias constitucionais. A Renamo [illegible] discutir a Constituição em Roma. Mas nós entendemos que lhe podemos dar garantias (sobre o futuro articulado constitucional) e isso demora apenas alguns dias" — disse Chissano, que ao princípio da manhã chegara a Lisboa, a caminho da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro.

"Portugal terá um grande papel a desempenhar na implementação do acordo de paz, que passa por várias fases: observação do processo eleitoral, criação das novas Forças Armadas, fiscalização do cessar-fogo, reinserção na vida social dos elementos desmobilizados" — afirmou depois o Presidente num encontro com a imprensa, antes de às 15h30 receber a primeira dama portuguesa, Maria Barroso Soares, que está empenhada num programa de apoio às crianças moçambicanas.

Reuniões com Cavaco

No campo económico, todos os planos para uma maior presença portuguesa em Moçambique estão dependentes da estabilidade a médio prazo, conforme sublinhou o Presidente do Conselho Nacional dos Empresários Portugueses (CNEP), Pedro Ferraz da Costa, durante o almoço.

Ao fim da tarde seria o importante encontro de duas horas com o primeiro-ministro Cavaco Silva, encontro esse que se prolongaria por um jantar privado, no Palácio de São Bento, a fim de as duas partes acertarem a participação de Portugal, como observador, em todo o processo de paz, que na próxima semana deverá ser reatado em Roma, onde decorre há quase dois anos.

Quanto à muito falada hipótese de uma reunião com o líder da Renamo, Afonso Dlakhama, o Presidente moçambicano declarou que só valerá a pena quando houver garantias de que poderão ser estabelecidas tréguas; e que terá sempre de ser muito bem preparada, não interessando realizá-la sem haver de antemão condições para o cessar-fogo.

Hoje, depois de almoçar no Palácio das Necessidades, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, novamente a convite de Cavaco Silva, vai ao Porto assistir à assinatura de um acordo entre empresas portuguesas e moçambicanas. E amanhã desloca-se à Madeira, a visitar um "amigo (dos tempos) da juventude", João Jardim. ■

PÚBLICO 4 JUNHO 1992

MOÇAMBIQUE

O Governo italiano anunciou ontem que os EUA, a Grã-Bretanha, a França e Portugal vão voltar a reunir-se amanhã com os representantes do Governo e dos rebeldes moçambicanos da Renamo, abrindo uma nova ronda de negociações que poderão levar à assinatura de um acordo de cessar-fogo até ao fim do mês. O anúncio foi feito pelo ministro dos estrangeiros, Gianni De Michelis, mas a generalidade dos observadores avisou que quanto ao acordo de cessar-fogo, a perspectiva do chefe da diplomacia italiana é demasiado optimista.

Jorge Heitor

Conflito longe do fim

APESAR de todas as declarações de um certo optimismo que o Presidente Joaquim Chissano fez nos últimos dias em Portugal, admitindo que a guerra em Moçambique possa terminar antes do fim do ano, muita gente continua céptica.

O próprio Chissano, ao ler na sexta-feira o título que o PÚBLICO dera a partir de uma sua afirmação a empresários portugueses, "Paz em Moçambique possível dentro de dois meses", teve um sorriso irónico. Como quem diz: possível é, mas não provável...

Recordamo-nos de que, já há três anos, em Junho de 1989, ao efectuar o seu primeiro congresso, na Gorongosa, a Renamo tomou a decisão de responder positivamente a uma iniciativa de paz que fora anunciada por Chissano. E no entanto o progresso tem sido extremamente lento, enquanto a guerra, a seca e a fome a elas inerentes vão reduzindo a maior parte dos moçambicanos a seres absolutamente sub-humanos, que se vestem pobremente, quase nada comem e estão sujeitos a todas as doenças.

As primeiras negociações directas entre o Governo moçambicano e o movimento presidido por Afonso Dlakhama decorreram há 23 meses na comunidade católica de Santo Egídio, em Roma, sendo as duas partes dirigidas, respectivamente pelo ministro dos Transportes, Armando Emílio Guebuza, e pelo general Raul Domingos. De então para cá efectuaram-se 10 rondas de conversações (quase à média de uns três ou quatro dias de diálogo em cada dois meses e meio), sempre com profundas desconfianças entre ambas as partes.

Os delegados de um e outro lado nem sempre estão muito bem preparados para entender cabalmente e para dar uma resposta rápida ao que os do outro lhe propõem, de modo que lá se tem de suspender os trabalhos e de ir de Roma até à Gorongosa ou ao Maputo para estudar devidamente o assunto. Se as delegações tivessem mais quadros capazes, designadamente bons assessores jurídicos, talvez isso facilitasse o andamento dos trabalhos.

Verificado que a diplomacia italiana só por si, mesmo que em conjugação com a Comunidade de Santo Egídio e com a hierarquia católica de Moçambique, não tinha força suficiente para apressar o processo negocial, outras entidades tiveram de entrar em campo.

Segundo se espera, Portugal e os Estados Unidos — complementados pela Grã-Bretanha, a França e a África do Sul — vão ser agora fundamentais para que, a partir desta semana, as conversações de paz tenham muito mais substância do que em muitas das rondas anteriores, não se ficando por um arrastar de pés que parece não levar a lado nenhum.

Há grupos da direita portuguesa, norte-americana e sul-africana, designadamente militares, solidários com a Renamo. Mas alguns governos ocidentais, designadamente o britânico, simpatizam mais — ou, pelo menos, toleram melhor — com a Frelimo. E é da conjugação de todos estes factores, bem como da seca que está a martirizar a terra moçambicana, que dependerá a maior ou menor duração da guerra.

Considerada por Maputo um sucedâneo dos antigos "Flechas" do eng. Jorge Jardim (comandos negros que já antes do 25 de Abril combatiam a Frelimo), a Renamo teve sucessivamente, segundo certas fontes, o apoio dos rodesianos de Ian Smith, de generais sul-africanos como Charles van Niekerk, de certos elementos da CIA e até mesmo de alguns militares portugueses. Mas baseou-se sobretudo no descontentamento que o regime pseudo-maoísta de Samora Machel causou nas populações rurais e na ofensa feita a muitas das autoridades tradicionais, conforme se refere noutro artigo desta edição.

Agora, à mesa das conversações, a Renamo pretende sobretudo tratar de questões constitucionais e garantir um futuro absolutamente liberto da infância marxista do Estado moçambicano proclamado em 1975, enquanto a Frelimo dá toda a preferência à assinatura de um acordo geral de cessar-fogo. Por isso, aos medianeiros caberá conseguir um compromisso, de modo a que se trate quase em simultâneo das duas ordens de assuntos: os militares e os jurídicos.

Chissano explicou aos seus interlocutores portugueses não estar disposto a que a futura Constituição de Moçambique fique desde já definida em Roma, até porque isso iria arrastar o processo por muitos meses mais, para além do fim do ano. Mas que não se opõe de modo algum a um compromisso sobre as grandes linhas constitucionais.

É pois de esperar que o bom senso impere de todas as partes e que o próximo Natal já possa ser finalmente celebrado em paz, por parte de um povo que tem sofrido demasiado. ■

Reabrem negociações de paz

Vera Gonçalves, em Roma

As conversações para a paz em Moçambique, suspensas há mais de dois meses, vão finalmente ser reatadas, agora com a participação de Portugal e de outros países ocidentais, dado que a Itália só por si não se mostrou capaz de fazer ultrapassar as profundas divergências que existem entre as duas partes.

O processo que visa um cessar-fogo em território moçambicano entra nesta semana numa nova fase, com o início — possivelmente amanhã — de mais uma ronda de negociações em Roma.

A partir de agora, Portugal assume o estatuto de observador, juntamente com a Itália e, provavelmente, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, que no entanto ainda não confirmaram a sua presença. As discussões vão concentrar-se no acordo de cessar-fogo e nas questões militares, e Portugal já tem na Itália uma delegação dirigida pelo diplomata António Sennselt, representante do secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso. Dela fazem parte os coronéis Ataíde Montês e Francisco Roque, ambos com experiência seja nas negociações com Angola seja nos acordos parciais já estabelecidos para Moçambique.

Há longas semanas que o reinício das negociações tem vindo a ser adiado por causa de "questões técnicas" que impediam a viagem das delegações do Governo e da Renamo, segundo nos disse D. Matteo Zuppi, da Comunidade de Santo Egídio, instituição católica onde decorrem as conversações. Essas questões de ordem técnica não são claramente definidas, mas sabe-se que a Frelimo desejaria tratar preferencialmente das condições para o cessar-fogo e que o grupo de Afonso Dlakhama queria antes de mais garantias de ordem constitucional, no sentido de que toda a carga marxista seja definitivamente erradicada de toda a legislação moçambicana.

Segundo fontes governamentais de Maputo, a delegação oficial não quis partir antes de a Renamo também fazer o mesmo, porque não pretendia gastar tempo inútil na capital italiana. Fontes extra-oficiais disseram que a demora se deveu a uma provável tentativa da Renamo de preparar acções militares a serem cumpridas durante o decorrer das negociações, com o objectivo de exercer pressão contrária às conversações.

Revisão constitucional

A última ronda foi marcada por uma série de divergências concentradas no problema da revisão constitucional e da lei eleitoral. Mas existe o risco de, enquanto se adia a organização de eleições gerais, para as quais é fundamental o cessar-fogo, as tensões e o mau humor entre os partidos se acentuarem. A Unamo, partido criado por dissidentes da Renamo na província da Zambézia, e o Partido Liberal e Democrático (Palmo) já começam a revelar uma inquietante tendência regionalista, quase racista, contra os descendentes de europeus e de asiáticos. Fontes militares dizem que a Renamo está disposta a aceitar negociações apenas depois de confirmar a sua posição territorial ao longo da fronteira com o Malawi.

O representante do Governo português, António Sennselt, confirmou-nos o interesse decisivo de Portugal em participar activamente nas discussões: "Conhecemos profundamente a situação em Moçambique e temos longa experiência em processos negociais". Disse-nos que Lisboa tenciona "actuar com eficácia" nas conversações, mas evitou qualquer tipo de previsão quanto ao que irá acontecer.

O momento da intervenção portuguesa depende assim da abertura das discussões dos pontos relativos ao cessar-fogo e aos problemas militares, quanto aos quais Governo moçambicano e Renamo parecem considerar decisivo o papel de Portugal. ■

Testemunho duma prisioneira dos rebeldes moçambicanos

Estranha máquina de guerra

*David B. Ottaway**

Laura Isias Nhangale esteve 19 meses prisioneira dos rebeldes que tentam depor o Governo moçambicano e nunca entendeu exactamente aquilo por que eles lutam.

"Falavam-nos de 'uma nova vida' e diziam-nos que combatiam para libertar o país da Frelimo", disse. "Havia muitas reuniões para explicar a nova vida. Ela retirar-nos-ia do sofrimento, e deixaríamos de precisar de dinheiro. Deram-nos roupas."

Em 1989, Laura, a filha e outros foram raptados da sua aldeia nos arredores de Marracuene, cerca de trinta quilómetros a norte de Maputo, e conduzidos a um acampamento rebelde a 70 quilómetros. Aí, foi obrigada a cozinhar, a ir buscar água e a recolher alimentos, além de outros trabalhos de ocasião.

A sua descrição da vida com os rebeldes da Renamo dá uma rara visão de uma rebelião envolta em mistério que, devido a atrocidades e massacres documentados, tem sido acusada pelos EUA de perpetrar um "holocausto". Estima-se que a guerra em Moçambique tenha feito um milhão de mortos e convertido três milhões de pessoas em refugiados.

Ao contrário de muitas informações sobre a Renamo, os rebeldes que raptaram Laura Nhangale estariam relativamente bem organizados e disciplinados. Segundo ela, passaram muito tempo a tentar cativá-la com o sonho visionário da nova vida, e a maioria daqueles com que tratou eram membros devotos da Igreja Cristã Sionista — seita de grande implantação na África do Sul, onde tem a sua sede, que põe uma ênfase especial na cultura e nas tradições africanas.

A mulher disse que os rebeldes não tentaram convertê-la, ou aos outros prisioneiros, àquela Igreja, mas alguns que se sentiram doentes e procuraram o auxílio dos sacerdotes acabaram por aderir.

A Renamo parece ter conciliado, no Sul de Moçambique, o africanismo da Igreja, que inclui o ódio e o respeito pelas feiticeiras, com uma espécie de comunalismo primitivo. Acresce a isto, de acordo com o depoimento de Laura, a existência de um violento desejo de assegurar o apoio dos aldeões e uma rigorosa disciplina revolucionária.

Laura Nhangale, de 53 anos, contou ter sido levada com a filha para um grande acampamento rebelde chamado Machiche. Aí, foram integradas em grupos diferentes — aparentemente idênticos às brigadas de trabalho comunistas —, cujos membros comiam, dormiam e trabalhavam juntos. Para desencorajar qualquer tentativa de fuga ou a constituição de laços de solidariedade, as famílias e os elementos de uma mesma aldeia ou região foram dispersos por outros grupos.

Quem fosse apanhado a procurar fugir era executado diante dos restantes membros do grupo, como lição. "A primeira coisa que eles nos dizem é que, se tentarmos fugir, seremos mortos", afirmou Laura. "Qualquer discussão, e eles matam-nos. Quaisquer problemas, e é-se morto."

Algumas das prisioneiras tornaram-se "mulheres" dos comandantes rebeldes, enquanto os rapazes eram destacados para trabalhar como criados dos soldados, e as raparigas como criadas das respectivas mulheres.

Ainda segundo Laura, se os rebeldes julgassem que uma mulher era uma bruxa maligna, matavam-na. Mas, numa tentativa de atrair a suposta protecção de bruxas cooperantes, algumas mulheres foram encorajadas a confessar que o eram. Uma vez "reabilitadas", apelava-se aos seus poderes para conseguir a vitória nas operações militares.

Se, durante uma operação, os rebeldes se viam em apuros, convocavam uma reunião e começavam a dançar, recitando orações e tentando adivinhar quais das prisioneiras eram bruxas malignas. Escolhiam então uma ou duas mulheres que pensavam serem bruxas, julgavam-nas e habitualmente condenavam-nas à morte.

A condenada era levada à presença do "grande chefe", que tinha a última palavra e podia alterar a sentença. Se a condenação à morte fosse confirmada, "ela era espancada com grandes paus até morrer", conta Laura, que afirma ter assistido a execuções no cativeiro.

Laura Nhangale fugiu depois de o seu grupo ter conquistado a confiança dos rebeldes e de, uma noite, as terem mandado buscar água ao rio. Ela e outras quatro dizem que se limitaram a ir andando — durante 19 horas sem parar — até alcançarem a segurança da povoação mais próxima.

"No acampamento, não confiava em ninguém", confessou a ex-prisioneira. "Eles queriam que fossemos alegres. Se parecíamos tristes, diziam que estávamos a planear fugir. A tristeza é sinal de que não se gosta da 'nova vida'." ■

*Exclusivo PÚBLICO/ /"Washington Post"

A Renamo à luz da Antropologia

PÚBLICO
7 JUNHO 1992

"A Renamo é uma espécie de exército selvagem em liberdade [...] Os seus oficiais alimentam um projecto social de guerra, que é a sua única e verdadeira motivação..."

Christian Geffray

PARA o leitor europeu comum, a guerra que há mais de uma década atinge Moçambique foge a todos os padrões de intelegibilidade: das notícias que nos chegam, relatando os raptos, as violações, as chacinas que vitimam as populações moçambicanas, o que ressalta é o uso de uma violência aparentemente indiscriminada e cega.

Com "A Causa das Armas", de Christian Geffray*, surge-nos uma primeira tentativa de interpretação global do conflito. Antropólogo de profissão, o autor fez trabalho de campo no distrito de Eráti, a norte de Moçambique, de Julho de 1983 a Janeiro de 1985, exactamente nas vésperas da chegada da Renamo à região, e aí voltou em Setembro/Outubro de 1988 — então já com o propósito de encontrar uma explicação para o curso da guerra. O livro é o resultado dessa investigação.

No essencial, a interpretação de Geffray toca três níveis. O primeiro diz respeito à relação entre a Frelimo e o Estado por ela controlado e as populações rurais, marcada por uma política de desconsideração dos chefes locais tradicionais e de deslocamento dos camponeses para as "aldeias comunais" tendentes a criar uma nova base produtiva e a assegurar o controlo administrativo nos campos. Essa política terá provocado a hostilidade não apenas de grande parte dos notáveis linhagísticos e das chefaturas, mas também do conjunto das populações rurais, que viam nas medidas da Frelimo a negação da sua própria existência social.

Concebendo os camponeses como "uma série aritmética de indivíduos assocializados", ignorando as suas "práticas sociais mais correntes e vitais", a Frelimo — na perspectiva do autor — fortaleceu a identificação entre os dignitários e as populações rurais, levando-as a opor-se em conjunto ao aparelho estatal. Tratar-se-ia, no fundo, do clássico confronto entre forças políticas urbanas e campesinato, na fase de construção do Estado nacional — neste caso, agudizado pela quase total falta de relações orgânicas entre os militares da Frelimo e o campo.

Sobre este pano de fundo se inscreve o segundo ponto objecto de análise no livro — a emergência da Renamo. Esta é nos seus inícios (em 1977), uma criação dos serviços secretos rodesianos, com a colaboração de alguns grandes colonos portugueses e com o apoio da África do Sul. Mas terá ganho uma dinâmica própria, alimentando-se do conflito entre as populações rurais e o Estado: na zona do Eráti, "sociedades inteiras mobilizaram-se com os seus chefes locais, e várias dezenas de milhar de pessoas colocaram-se assim fora do alcance do Estado da Frelimo, no interior de espaços geográficos e sociais controlados militarmente pela Renamo".

Esta adesão não é geral: na realidade, uma vez iniciado na região o conflito armado, as populações rurais polarizam-se, acolhendo-se umas à protecção dos rebeldes, outras à do Estado. Fazendo intervir o terceiro nível de análise, Geffray explica essa polarização por "oposições históricas" por vezes muito antigas: na área em estudo, teriam aderido à Frelimo as sociedades mais centralizadas e que melhores relações mantinham com o Estado já no período colonial.

Vista a "causa das armas", o autor dedica três capítulos à organização interna das zonas do Eráti ocupadas pela Renamo. Essa organização tem no seu topo um núcleo duro de homens com formação militar, provenientes de outras regiões de Moçambique, providos de armamento moderno. O seu domínio sobre a população é feito através dos chefes tradicionais, aos quais deixam todo o controlo da vida social. Dessa população, parte é constituída por cativos — homens, mulheres e crianças raptados nas áreas governamentais, cujo estatuto varia entre a condição servil e a integração, sendo os jovens em idade militar recrutados para o exército da Renamo e transferidos para outra província. Estranho a olhos europeus, o sistema assim descrito é no entanto familiar a quem conheça um pouco da histórica africana: a impressão que nos fica é a da emergência de formas de organização social e política pré-coloniais (ou seja, anteriores à ocupação portuguesa em finais do século XIX).

Interrogações

Abordando a realidade moçambicana por vários ângulos — o antropológico, o político, o histórico —, dotado de grande coerência interna, o livro de Christian Geffray, exerce sobre o leitor um verdadeiro fascínio. Mas uma reflexão atenta revela várias questões em aberto.

A primeira prende-se com o âmbito territorial do estudo de Geffray: como sempre acontece em antropologia, ele baseia-se no conhecimento minucioso da vida de um núcleo restrito (no caso, algumas aldeias do povo macua). Não é de modo algum seguro que a sua interpretação se possa estender a zonas étnica e historicamente diversas de Moçambique, em particular no que respeita às razões da polarização das populações rurais.

Quanto à análise no próprio distrito do Eráti, no período que antecede a guerra, poderemos perguntar-nos se Geffray não subestima as tensões no interior da sociedade camponesa, que ele nos mostra como reagindo em bloco contra o Estado da Frelimo. Noutros passos do livro, porém, são muitas as referências ao desenraizamento dos jovens de origem rural, que aceitavam mal "a autoridade dos decanos e notáveis linhagísticos". Não é clara a razão por que seguem passivamente esses mesmos chefes tradicionais, quando eles escolhem a Renamo (embora seja evidente que a Frelimo não os soube integrar, desaproveitando o potencial de ruptura que representavam).

Da mesma forma, parecenos sobreavaliado o lado "contratual" da relação entre a Renamo e as populações que a ela se acolhem. Talvez se pudesse falar antes de uma aliança tácita entre o movimento rebelde e os notáveis, cuja autoridade, de raiz social e religiosa, se vê acrescida de um novo elemento: o terror militar.

A maior ou menor solidez dessa aliança e do seu domínio nas áreas ocupadas é obviamente um dos pontos capitais para a evolução do conflito. Segundo Geffray, a Renamo defraudou as expectativas dos camponeses que nela confiaram, ao revelar-se uma simples máquina de guerra, incapaz de formular qualquer projecto político ou de edificar um Estado. A prazo, o poder da Frelimo tenderia a impor-se. Mas é duvidoso que as populações dissidentes tivessem em vista a sua futura integração num Estado moderno: nada na investigação dá apoio a essa hipótese. É possível, por isso, que a previsão se frustre.

Em qualquer caso, o essencial do livro não está aí: o que importa é o quadro interpretativo que formula, permitindo-nos pela primeira vez pensar o conflito moçambicano e a sua sequência. ■

Valentim Alexandre
(investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

* "A Causa das Armas — Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique", Edições Afrontamento, Porto, 1991

Viúva de Steve Biko na Anglo-American

PÚBLICO
2 JUNHO 1992

A VIÚVA de Steve Biko, um dos mais conhecidos activistas negros assassinados na África do Sul, foi ontem nomeada directora não executiva do grupo Anglo-American, o maior potentado económico do país, que explora as mais importantes minas de diamantes e ouro. Ao anunciar a nomeação, Julian Ogilvie Thompson, presidente da Anglo-American — empresa de que, indirectamente, são subsidiárias a Beralt, Tin & Volfram (minas da Panasqueira) e a Rio Tinto Zink (que detém 49 por cento da Somincor, a sociedade que explora as minas de Neves-Corvo) —, disse que a viúva de Biko, Mamphela Ramphele, tem estado envolvida, no último ano, em esforços do grupo para definir programas viáveis e acessíveis de minoração da pobreza.

Ramphele é doutorada em antropologia social e é vice-chanceler da Universidade do Cabo. Distinguida com doutoramentos honorários por diversas universidades sul-africanas e norte-americanas, tem publicados diversos ensaios e estudos de investigação sobre temas do foro social e é co-autora, com Francis Wilson, do livro "Uprooting Poverty: The South African Challenge", obra elogiada por todo o espectro político do seu país. Steve Biko é um dos mais conhecidos mártires da luta anti-"apartheid". Foi homenageado num mega-concerto de "rock" realizado em Londres e transmitido por televisão para quase todo o mundo ocidental e tema de uma canção de Peter Gabriel. ■

Frederik de Klerk no Kremlin

Jorge Heitor

O Presidente da África do Sul esteve ontem, durante duas horas, no Grande Palácio do Kremlin e passeou-se depois pela Praça Vermelha, numa manifestação que irritou velhos comunistas russos e sul-africanos. Os tempos têm mudado muito, nos últimos três anos, de Pretória a Moscovo.

Algo de impensável em meados de 1989 aconteceu agora na capital da Rússia: os portões do Kremlin abriram-se, de par em par, para o Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, que durante perto de duas horas conferenciou com o seu homólogo Boris Ieltsin, a quem convidou para visitar Pretória.

De Klerk, que depois esteve junto ao mausoléu de Lenine, na Praça Vermelha, explicou à imprensa que esta sua visita só foi possível porque o comunismo foi derrotado na Rússia e porque o apartheid morreu na África do Sul. Mas comunistas de um e outro lado protestaram contra o que estava a acontecer, até porque o velho "herói da luta de libertação" Nelson Mandela ainda não foi recebido em Moscovo, desde que em Fevereiro de 1990 o retiraram das cadeias onde passara 27 anos.

Por sobre as muralhas vermelhas do Kremlin, uma das fortalezas mais conhecidas do mundo, flutuava ontem a bandeira da África do Sul, um país onde o ANC — movimento presidido por Mandela — considera que o apartheid ainda não se encontra definitivamente enterrado e que os brancos querem protelar a transferência do poder para a maioria negra.

De Klerk e Ieltsin estabeleceram acordos sobre ligações marítimas e aéreas, permitindo o primeiro — designadamente — que navios russos escalem a Cidade do Cabo, de importância estratégica para quem viaja entre o Atlântico e o Índico. Mas nada se disse, pelo menos a título oficial, dos grandes interesses de ordem económica que os dois países têm em comum: são os maiores produtores mundiais de oiro e de diamantes e a Rússia necessita de auxílio para a extracção de minério que lhe financie importantes reformas.

ANC contra Ieltsin

Em Joanesburgo, o ANC anunciou que se oporá a qualquer visita de Ieltsin ou de outro Chefe de Estado estrangeiro enquanto não houver um Governo Provisório em que estejam representados *todos* os grupos étnicos, o que aquele movimento gostaria de ver concretizado dentro de um mês mas que o Partido Nacional — de Frederik de Klerk — tende a adiar.

"O apartheid está vivo enquanto continuarem a opor-se a um Estado unitário e exigirem mecanismos especiais para a minoria branca" — comentou a porta-voz do ANC, Gill Marcus, a propósito da exigência de que a nova Constituição da África do Sul contenha garantias de protecção das minorias, não dando todo o poder a quem eventualmente consiga 54 ou 55 por cento dos votos totais do país.

Durante o fim de semana, o jornal moscovita "Izvestia" disse ter descoberto documentos comprovativos de que o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), aliado do ANC, foi durante muitos anos controlado por Moscovo; e que nos anos 30 chegou a receber ordens para se preparar no sentido de conquistar o poder.

O secretário-geral do SACP, Chris Hani, reagiu já a semelhantes notícias, dizendo que são "requentadas" e que apenas visam agradar ao regime de Frederik de Klerk: "Não é segredo para ninguém que na década de 30 os partidos comunistas de todo o mundo respeitavam as decisões do Comintern, com sede em Moscovo".

Funcionários do SACP também disseram que durante os anos 80 veio a diminuir o apoio militar e financeiro que a União Soviética, entretanto extinta, costumava conceder àquele partido e aos seus amigos do ANC.

Toda esta controvérsia surge numa altura em que o movimento liderado por Nelson Mandela ameaça promover daqui a um mês greves, manifestações e ocupação de locais públicos se até lá o Partido Nacional e o Governo de Frederik de Klerk não se mostrarem mais flexíveis no sentido de que se constitua quanto antes um Governo Provisório e de que no fim do ano seja possível eleger uma Assembleia Constituinte.

As próximas semanas deverão ser de profundas negociações de bastidores, para que se evite em Julho um violento confronto e o eventual malogro da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa). ■

Partido Nacional quer ser maior que o ANC

O MINISTRO sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, declarou ontem na Cidade do Cabo que o Partido Nacional — há 44 anos no poder, em nome da minoria branca — tem como objectivo tornar-se o partido da maioria. Ou seja, arrebatar o lugar que a maior parte dos observadores crê pertencer ao ANC, de Nelson Mandela.

Durante conferência de imprensa dada na capital legislativa da África do Sul, o homem que há mais anos é ministro dos Estrangeiros (em todo o mundo) afirmou que os negros poderão em breve controlar o Partido Nacional.

"Pik" Botha disse mesmo antever o dia em que um negro se tornará líder do actual partido governamental: "Creio que a melhor coisa que poderia acontecer ao Partido Nacional seria ficar com uma maioria não branca".

Em 1986 o então Presidente Pieter Botha tinha-o obrigado a pedir desculpa, em público, por haver admitido que a África do Sul poderia vir um dia a ter um Presidente negro. Mas hoje em dia, seis anos depois, isso é já um dado adquirido; e o partido que em 1948 chegou ao poder procura por todos os meios adaptar-se aos novos tempos e não perder o combóio do Futuro.

Malograda a estratégia de fazer do Inkatha uma alternativa negra, conservadora, a um ANC de pendor socialista, o Partido Nacional decidiu tentar ser ele próprio a grande alternativa ao movimento de Mandela. Para tal, abriu o ano passado as suas portas a cidadãos não brancos e diz agora que já tem o apoio de 10 por cento dos negros, mestiços e indianos.

O recrutamento de mais 10 por cento daqueles grupos populacionais colocaria os não brancos no controlo do partido — disse Botha, que se encontra nesta altura como Presidente interino do país, dada a ausência de Frederik De Klerk no estrangeiro, em visita ao Japão e a Singapura.

"A cor já não tem importância. O nosso objectivo é ser o partido da maioria e creio que isso está ao nosso alcance" — acrescentou o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, que ficou no lugar do Presidente precisamente por ser o ministro há mais tempo em funções.

"Brancos honorários"

Nesta era de mudança, o Presidente Frederik De Klerk iniciou ontem uma histórica visita oficial ao Japão, para normalizar os laços bilaterais, sobretudo no capítulo comercial. Esta primeira deslocação de um chefe de Estado sul-africano ao "país do Sol nascente" surge na sequência do estabelecimento de relações diplomáticas, em Janeiro último, e da visita de "Pik" Botha, em Março.

Um dos pedidos que as autoridades nipónicas deverão fazer a De Klerk é o de que na próxima Constituição sul-africana seja eliminada a cláusula que classifica os japoneses como "brancos honorários".

Ontem, numa feira mundial em Tóquio, o Presidente sul-africano quis aprender com o patrão da Sony, Akio Morita, como funciona o último modelo de câmaras de vídeo do maior fabricante japonês de electrónica. ■